

CENÁRIOS 2011

Comunicação e Governança

**9º CONGRESSO
BRASILEIRO DO
AGRONEGÓCIO**

Anais 2010



CENÁRIOS 2011 Comunicação e Governança

9º CONGRESSO
BRASILEIRO DO
AGRONEGÓCIO

A discussão sobre Comunicação constituiu um divisor de águas para o agronegócio. A partir de agora esse tema passará a ser analisado sobre outro ângulo e horizonte.

O tema Governança ratificou a importância das entidades do agronegócio estreitarem seus relacionamentos com o governo.

Diante da repercussão do evento, a Abag, mais uma vez, agradece a participação de ilustres personalidades e a confiança depositada pelos patrocinadores.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO

Patrocínio Master



Patrocínio



Apoio



OS PRESIDENCIÁVEIS E A COMUNICAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

Carlo Lovatelli

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Os depoimentos dos três principais candidatos à Presidência da República, exibidos em vídeo no 9º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), no último 9 de agosto, tiveram um caráter generalista, sem mergulhos mais profundos sobre as questões apresentadas. Os três presidentiáveis (Dilma, Serra e Marina) receberam um documento sobre as demandas do setor, com um plano de metas para o período 2011-2020. O material foi preparado pela Abag, com contribuições de importantes entidades do agronegócio.

Queríamos conhecer o programa de cada um dos presidentiáveis em cima dos seis pilares básicos que nortearam o trabalho: Garantia de Renda para o Produtor; Infraestrutura e Logística; Política de Comércio Exterior; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Defesa Agropecuária; e Institucionalidade.

É verdade que todos eles elogiaram o agronegócio e destacaram o seu papel de protagonista nos próximos anos para o crescimento da economia e a erradicação da pobreza no País. Sem dúvida, uma prova do reconhecimento ao setor. Por que então não elaboramos uma plataforma global para o agronegócio?

Em 2009, as exportações brasileiras de produtos do agronegócio ficaram próximas a US\$ 65 bilhões. A meta é dobrar essa cifra para o fim da próxima década. Atualmente, da sua produção, cerca de 70% abastecem o mercado interno, e o restante sustenta a balança comercial. Nada compromete a segurança alimentar interna.

Portanto, o agronegócio deve ser tratado com absoluta prioridade, com estabelecimento de metas e ações estratégicas para serem cumpridas. É uma questão de Estado e não de governo. O País carece hoje de racionalidade e coordenação na estrutura da administração pública para conduzir um setor bem complexo e imenso.

Empresas, associações e produtores, preocupados com essa complexidade, apresentaram no 9º CBA um projeto de comunicação para o agronegócio brasileiro. Temos de investir na imagem do setor, aqui e lá fora. O agronegócio brasileiro



vive exposto a múltiplas interpretações, muitas delas sendo críticas, negativas e radicais, criando situações que maculam gratuita e injustamente a sua imagem.

O objetivo principal é mostrar ao público urbano as qualidades do agronegócio brasileiro. Temos consciência da importância da comunicação, mas o fato é que nós comunicamos mal. As cadeias do pujante agronegócio brasileiro devem se unir para alavancar a sua imagem junto aos vários segmentos da sociedade brasileira.

Com intuito de ecoar em todos os rincões do Brasil as mensagens apresentadas no Congresso, a Abag, mais uma vez, transmitiu o evento em tempo real pela *internet*, o que proporcionou a participação de mais de cinco mil pessoas.

CENÁRIOS 2011 Comunicação e Governança



DIRETORIA DA ABAG

Presidente

Carlo Lovatelli

Vice-Presidentes

Cristiano Walter Simon

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Diretores

Alexandre Enrico Figliolino

César Borges de Sousa

Félix Schouchana

Francisco Maturro

Ingo Plöger

Jorge de Oliveira Rodrigues

Luiz Lourenço

Mário Fioretti

Mônica Bergamaschi

Urbano Campos Ribeiral

Weber Porto

Diretor-Executivo

Eduardo Soares de Camargo

Diretor

Luiz Antonio Pinazza

ANAIS DO 9º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

GVagro Centro de Agronegócio
da Fundação Getúlio Vargas

FGV-EESP Escola de Economia
de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Coordenação

Luiz Antonio Pinazza

Apoio

Debora Durazzo de Brito

Elizabeth Mochizuki

Emilia Dualibi Santos

Evandro Jacóia Faulin

Gislaine Balbinot

Revisão

Raphael Messias

Design e produção gráfica

André C. Michelin

Juliana Paiva

Fotos

Lau Polinésio

ÍNDICE

3 OS PRESIDENCIÁVEIS E A COMUNICAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

5 ÍNDICE

6 CERIMÔNIA DE ABERTURA

- 7 Comunicação e governança
 - 8 Debate sem preconceito
 - 9 Renda diminui barbaramente
 - 9 Engajados nas proposições da Abag
 - 9 Ano que vem será terrível
-

10 PAINEL COMUNICAÇÃO

- 11 Não existe a imagem do produtor
 - 13 Projeto de comunicação de longo prazo
 - 14 É a hora de começar o trabalho
 - 14 Como a população urbana percebe o campo?
 - 14 A nova classe média da agricultura
 - 15 Frequente e consistente
 - 15 Amo a agricultura profundamente
-

16 O CENÁRIO POLÍTICO

18 PROPOSTAS DA ABAG PARA O CENÁRIO 2019/2020

- 19 Pilar 1 - Garantia de renda para o produtor
- 21 Pilar 2 - Infraestrutura e logística
- 22 Pilar 3 - Política de comércio exterior

- 24 Pilar 4 - Pesquisa, desenvolvimento e inovação
 - 25 Pilar 5 - Defesa agropecuária
 - 26 Pilar 6 - Institucionalidade
-

28 PERSPECTIVAS PARA O CENÁRIO 2011

- 29 É preciso acordar para o Projeto China
 - 30 Levar a agricultura a um padrão de plataforma global
 - 31 Se não resolvermos a questão da infraestrutura, não sairemos do lugar
 - 32 Não sabemos como as obras estão
 - 32 O Brasil acertou no desafio da inserção competitiva
 - 33 Na agricultura, plantamos, mas não sabemos o tamanho da safra
 - 34 Deixa a humanidade realizar produtos e serviços cada vez melhores
 - 35 A gente casa com quem nos complementa
 - 35 Quando ficamos permanentemente em Brasília, as coisas podem acontecer
 - 36 A questão do Código Florestal precisa olhar o todo
 - 36 Explosão dos trópicos
-

37 LÁUREA NORMAN BORLAUG

38 PERSONALIDADE DO AGRONEGÓCIO 2010

42 LANÇAMENTO DO LIVRO: SISTEMA PRIVADO DE FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO



CERIMÔNIA DE ABERTURA

Carlo Lovatelli – Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Abelardo Lupion – Deputado federal e presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal (CAPADR)

José Gerardo Fontelles – Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), representando o ministro Wagner Rossi

João de Almeida Sampaio Filho – Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), representando o governador Alberto Goldman

Gilman Viana Rodrigues – Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Seapa-MG)

Pedro Antonio Pereira Arraes – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Roberto Rodrigues – Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro)

Márcio Lopes de Freitas – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Luís Carlos Guedes Pinto – Vice-presidente de Agronegócio do Banco do Brasil (BB)

COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA

Carlo Lovatelli



Sejam todos bem-vindos ao 9º Congresso Brasileiro do Agronegócio, que tem como tema: Cenários 2011 – Comunicação e Governança.

Em suas oito edições anteriores, fomos honrados com apresentações e debates de notáveis personalidades, das mais diversas áreas, que muito contribuíram para manter atualizada a agenda do agronegócio brasileiro. É interessante notar a engenhosa ponte de ligação que se formou entre os temas formulados de um Congresso para o outro. Isso mostra o esforço para acompanhar as mudanças e os novos cenários no horizonte do agro.

Chegamos agora a 2010. O desafio é continuarmos a ser proativos e sair na frente. Os temas são bem apropriados ao momento atual: Cenários 2011 – Comunicação e Governança.

Repetimos insistentemente que a imagem do agronegócio brasileiro está mal na foto, tanto doméstica quanto internacionalmente, pois vive exposta a múltiplas interpretações, muitas delas sendo críticas negativas radicais e até mal-intencionadas, com situações que maculam gratuita e injustamente o setor. Não podemos assistir a esses ataques sem nos defendermos. Temos a consciência da importância da comunicação, mas o fato é que comunicamos mal.

Neste mundo conectado, em que a mídia sensibiliza a opinião dos cidadãos, trataremos de encará-la da forma mais técnica e profissional possível. Como diz nosso caro amigo Tejon: “Precisamos da comunicação e devemos compreender seus segredos e mistérios para saber usá-la”. Um jeito bem civilizado de repetir o famoso dito de outro pensador brasileiro: “Quem não se comunica, se trumbica”.

Esperamos, pois, estabelecer a partir deste Congresso um divisor de águas, um corte seccional entre a velha e a nova era de comunicação do agronegócio. As cadeias produtivas devem se unir. Isso certamente gerará uma força político-institucional exuberante para alavancar a sua imagem junto aos vários segmentos da sociedade brasileira.

Sermos proativos e sairmos na frente serão também características do nosso painel sobre Governança. O tema é o futuro, com foco na próxima eleição. Sabemos o que queremos, já dissemos o que queremos, e os candidatos já receberam o que solicitamos. Estamos dispostos a dialogar, a colaborar e a fazer. Precisamos ter do outro lado governantes comprometidos com as nossas teses.

Portanto, o 9º CBA é a oportunidade para avaliarmos o pensamento dos candidatos sobre os nossos pleitos. Assim, será possível verificar qual deles tem mais sintonia e afinidade com as reais necessidades do setor.

Como temos absoluta certeza que o agronegócio brasileiro continuará a ser, nas próximas décadas, protagonista magno em escala global, trabalhamos arduamente na montagem de um documento para ser entregue aos presidentiáveis.

Alicerçados sob a ótica da sustentabilidade, com olhar para a economia de baixo carbono, o documento compreende seis pilares básicos:

- 1 - Garantia de Renda para o Agricultor;
- 2 - Infraestrutura e Logística;
- 3 - Política de Comércio Exterior;
- 4 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- 5 - Defesa Agropecuária;
- 6 - Institucionalidade.

Isso dito, vamos expor algumas considerações importantes sobre as ações inseridas nesses pilares.

Se o agronegócio tem alma, está na propriedade rural. Se ela não tiver renda, perdemos a estabilidade produtiva. Ciclos produtivos dependem da natureza e da sazonalidade. Como os impactos permeiam toda a cadeia produtiva, é imperioso que haja compromisso dos governantes com uma política de renda de fôlego: crédito justo, adequado e na hora certa; e seguro de renda para não comprometer safras futuras. Quem produz com risco precisa de seguro condizente com o seu negócio. O objetivo final: alimentar homens e animais, mover máquinas e enriquecer casas, dar emprego e sempre crescer de forma sustentável.

Com relação à política tributária para o agronegócio, impõem-se ajustes urgentes tanto a nível doméstico quanto à exportação. Quem produz e é superonerado, não é estimulado. Reprimido é desestimulado. Somos muito competitivos na produção, mas carecemos de infraestrutura e, por isso, perdemos na logística.

Pelo Relatório de Competitividade 2009/2010, do Fórum Econômico Mundial, de Genebra, o Brasil está reprovado em infraestrutura. Comparado a 20 países, com os quais concorre no mercado global, o Brasil acaba na 17ª posição no quesito qualidade geral da infraestrutura, bem abaixo da média mundial. No item das ferrovias e rodovias, ficamos em penúltimo. E no de portos, em desonroso último lugar.

A fome, se ainda existe em nosso território, decorre, principalmente, da baixa renda da população e não da falta de alimentos. O mercado interno está bem abastecido. O nosso crescimento passa pela abertura de novos mercados para os produtos do agronegócio brasileiro. Precisamos de mais agressividade para concluir acordos comerciais, bilaterais ou não. Todos os problemas são importantes. Mas, sem segurança jurídica, por maiores os ganhos em outras frentes de nada adiantarão. Foco na irretroatividade das leis, na isonomia, no direito de propriedade, no direito do uso do legítimo proprietário e no direito adquirido. Muitos deveres nos são exigidos, mas poucos direitos são respeitados.

Vemos produtores à mercê do Ministério Público, tratados como bandidos acusados de crimes que não

cometeram, ou pior, por ações para as quais foram conduzidos por incentivos de governos anteriores. Exemplo disso é o Código Florestal. A esmagadora maioria das propriedades foi colocada na ilegalidade por regras desregradadas, exaradas no Planalto Central ao arrepio da ciência, da pesquisa e do próprio bom senso. Hoje, invasores e desordeiros são tratados complacentemente. E amanhã, o que esperamos do próximo presidente e governo? Como serão resolvidos esses conflitos? Na lei ou na marra?

UM AMPLO TRABALHO PARA MELHORAR A IMAGEM DO AGRONEGÓCIO

Amigos, o nosso negócio é bioalimentos, bioprodutos e bioenergia. Eis aí os três bios que movem esse país no presente e que o moverão no futuro. Vislumbra-se uma nova visão geopolítica da energia, contemplando a distribuição dos principais atores e de sua enorme cadeia produtiva no mundo em desenvolvimento. Com recursos financeiros e humanos, é possível vencer todos os desafios e supostos limites tecnológicos. A organização social da produção de um grande volume de biomassa e a sua transformação em bioprodutos resultarão numa oferta significativa de oportunidades e de trabalho decente. Será um novo ciclo de desenvolvimento territorial mais equilibrado, evitando a acumulação de refugiados do campo marginalizados nas periferias dos grandes centros. A expansão das fontes de energia sustentável requer mais desenvolvimento tecnológico e mudanças institucionais. Faz-se necessária uma urgente e decisiva ação governamental. Repensar o paradigma energético não é uma alternativa, é uma obrigação.

Avançamos na discussão do tema da sustentabilidade. Podemos sair na frente com um modelo e ofertar isso ao mundo, que, seguramente, terá dificuldade para competir conosco em pé de igualdade. Considerada a vertente ambiental, precisamos, pois, valorar e valorizar isso, o que requer um amplo trabalho para melhorar a imagem do agronegócio junto aos consumidores no Brasil e no exterior. O Brasil possui ativos ambientais importantes, que para serem adequadamente conservados precisam receber uma justa remuneração por parte de todos aqueles que deles usufruem.

Esses pilares cobrem a maior parte da demanda consensual do setor agropecuário brasileiro, desde as culturas atuais e permanentes até as carnes, o pescado, passando pelas florestas plantadas. Identificados esses pontos, que serão discutidos profundamente neste Congresso, pedimos aos presidentiáveis que opinassem sobre os mesmos. Teremos a oportunidade de assistir as suas respostas e aos compro-

missos assumidos. De maneira articulada, vamos de forma incisiva cobrar isso do candidato vencedor.

Lembramos que esse 9º CBA está sendo transmitido via *internet*. O objetivo dessa estratégia é ampliar o acesso de interessados de todo o País. Pela *web*, de acordo com a quantidade de acessos comercializados, o público que nos acompanha neste momento multiplica, por cinco, o plenário aqui presente. São produtores, empresas de insumos e máquinas, agroindústrias, cooperativas, distribuidores, revendas, corretores e *tradings*, um universo diversificado e grandioso do agronegócio nacional.

Agradecemos fortemente aos nossos patrocinadores e aos parceiros, que contribuíram para a materialização deste evento. Declaro aberto o 9º Congresso Brasileiro do Agronegócio. Um trabalho profícuo a todos. Obrigado.

DEBATE SEM PRECONCEITO



Luís Carlos Guedes Pinto

É uma satisfação para nós, do Banco do Brasil, tradicional parceiro da agricultura brasileira, participar da abertura deste 9º CBA.

Creio que nunca tivemos tanta clareza sobre o imenso potencial da agricultura brasileira, que já vem sendo demonstrado, mas que pode ser ainda muito maior. Teremos de superar desafios para transformar esse potencial em realidade. Estou convencido também do nosso conhecimento e da competência para tanto.

Devemos nos dedicar de uma maneira tranquila e objetiva, sem nos envolvermos em debates de caráter emocional. Vamos nos articular nesse momento, antes das eleições presidenciais. Assim, a partir do início do próximo ano, poderemos implementar as medidas concretas e necessárias com o objetivo de desenvolver a agricultura brasileira.

Sofremos a angústia de não transformar em realidade aquilo que sabemos e somos capazes de fazer. Vivemos um momento excepcional nesse sentido. Daremos um único exemplo no primeiro ponto destacado pelo Lovatelli. Todos são fundamentais, mas quando falamos “dos mecanismos de sustentação de renda do produtor”, é um tema sensível. Fizemos alguns estudos no Banco do Brasil. Concluímos que com o mesmo volume de recursos gastos hoje na função agricultura do orçamento nacional, com um redirecionamento, poderemos implementar mecanismos com muito mais estabilidade e tranquilidade para o produtor rural. Vamos nos integrar nesse debate sem preconceitos, pois, se formos para uma reunião com a opinião feita, não conseguiremos avançar. Obrigado.

RENDA DIMINUI BARBARAMENTE



João de Almeida Sampaio Filho

Os temas aqui colocados são fundamentais para buscarmos o que realmente falta. Não podemos perder de vista a renda, em queda, sistematicamente, ano após ano. Se melhorarmos a comunicação, se soubermos fazer política, espero melhoria na renda do campo.

A produção agrícola brasileira cresceu muito nos últimos 16 anos, mas o valor da renda diminuiu barbaramente. É aí que quero chegar e me debruçar. A partir do momento que entendermos uma melhor forma de nos comunicarmos, trataremos dividendos políticos e trabalharemos para garantir essa renda. Então, excepcional trabalho para todos. Obrigado.

ENGAJADOS NAS PROPOSIÇÕES DA ABAG



José Gerardo Fontelles

Este Congresso, na sua 9ª edição, deverá demonstrar aquilo que é estratégico e estabelecer procedimentos para colocar o agronegócio no foco da economia brasileira.

Estamos engajados nas proposições apresentadas pela Abag. No enfoque de sustentabilidade, cresceremos e abasteceremos o País, além de exportarmos mais. Temos uma linha de médio e de longo prazo de crescimento com sustentabilidade. Estamos no início de um grande programa chamado Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Esse será o foco da agricultura para os próximos anos: crescer, aumentar a rentabilidade da agricultura e manter o ambiente saudável. Obrigado.

ANO QUE VEM SERÁ TERRÍVEL



Abelardo Lupion

Não podemos esquecer a história. O Brasil detém a hegemonia em certos produtos, e temos um futuro auspicioso, apesar de muita gente jogar contra. Gostaria de fazer menção

ao nosso grande ícone, o ex-ministro Alysson Paolinelli, que, ao abrir a Embrapa, abriu o Cerrado brasileiro, o que possibilitou estarmos na condição que estamos hoje.

Lembro quando montamos a bancada ruralista. Eram quatro deputados federais para começarmos a lutar em prol do agronegócio. Tivemos muitas dificuldades com os governos. Nosso setor nunca foi prioritário e muito independente. O produtor rural, como possui pouco tempo para fazer política, não tem condições de reivindicar o que precisa.

Quando o Lula se elegeu, estávamos com as espadas prontas e as facas amoladas: armados até os dentes, porque achávamos que seríamos triturados, definitivamente. Quando vimos o anúncio do ministro da Agricultura, acabou toda a valentia: era o Roberto Rodrigues, o pai de todos nós, que ensinou a fazer política desde a Constituinte, com a sua capacidade organizacional de juntar, unir, agregar. Ele teve a bancada ruralista de um governo de oposição a seu serviço no ministério. Graças a ele, não houve a turbulência que se esperava. Por isso, obrigado, ministro Roberto Rodrigues, por tudo que o senhor representou para todos nós.

Vejo a importância dos governadores. Achamos que é o governo federal que faz tudo. Ledo engano. Os governos estaduais mantêm a ordem. Não se tem invasão em Estado com governador cumpridor da lei. As invasões só ocorrem quando o governador é cúmplice do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos. Também é muito importante entendermos que o governo estadual tem a possibilidade de buscar e fazer muitos programas.

Sem as nossas entidades, também não somos nada. Temos a nossa parceria da Embrapa para ganhar a guerra. A primeira delas é o Código Florestal. Falemos com aqueles que defendem diretamente o País pacificado, onde se viabilize e se consiga dar um bom seguimento no agronegócio brasileiro.

O ano que vem será terrível. Além do Código Florestal, teremos o Código Trabalhista, com catorze mil resoluções para resolvermos. Teremos também um sério problema ambiental. Aprovamos o Código Florestal, mas virá o Código Ambiental, com o envolvimento das cidades, indústrias etc. A Reforma Tributária, com a maior carga do mundo. Um grande problema de endividamento para resolver e o problema da renda do produtor rural.

Portanto, vocês devem estar juntos com os deputados que trabalham pelo agronegócio. O setor tem de se conscientizar disso. Obrigado.

Agradecemos as presenças dos deputados federais Carlos Melles, Eduardo Sciarra, Duarte Nogueira, Mendes Thame, Moacir Micheletto, do ministro Pedro Parente – Presidente da Bunge, ministro Alysson Paolinelli – Consultor da Listen Local Information System, Sr. Edilson Guimarães – Secretário de Política Agrícola do Mapa, dos ex-Secretários de Estado Eduardo Carvalho, Cláudio Ferreira e João Carlos Meirelles, de Antonio Alvarenga – presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA)



PAINEL COMUNICAÇÃO

Palestrante: Roberto Duailibi – Sócio-diretor da DPZ Propaganda

Moderador: Paulo Henrique Amorim – Jornalista

Debatedores: Geraldo Alonso Filho – Presidente da FGF Agricultura & Negócios

Hiran Castello Branco – Presidente do Conselho Nacional de Propaganda (CNP)

José Luiz Tejon Megido – Presidente da TCAI Consultores

Licínio Motta – Diretor de Pós-Graduação SP
da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Roberto Rodrigues – Coordenador do Centro
de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro)

NÃO EXISTE A IMAGEM DO PRODUTOR

Roberto Duailibi

Queria fazer uma provocação. Levantamos alguns dados para mostrar a imagem do setor na ótica da comunicação.

O produtor rural se comunica com a criação e fatos políticos. Na Grécia, há distribuição de leite gratuito para a população. Na França, com o alerta: quando não há agricultura, não há comida.

Quando se digita no Youtube *farmers protest*, aparecem protestos no mundo inteiro. É impressionante. Esses movimentos públicos sempre são divertidos, apesar das caras feias: distribuir leite ou jogar leite no chão.

A agricultura é um dos setores com maior volume de publicações. Então, como dizer que não há comunicação? Há bastante, mas o grande mal é a sua atomização. No Brasil, existem dois canais de TV exclusivos: o Canal Rural, da RBS, e a TV Terra Viva, da Bandeirantes, além de inúmeros programas na TV aberta e na paga de inúmeras associações. Então, seria de supor que o setor deveria se comunicar e ter uma imagem favorável.

Quando se examinam estatísticas sobre imagens de corporação e instituições, o que os brasileiros mais gostam sobre a agricultura não aparece, não porque não foi perguntado. Foi perguntado, mas ignorado.

Em centros urbanos não existe a imagem do produtor rural. Ele é *no entity*, quer dizer, não entidade. Os adversários exploram marcas poderosas. São latifundiários, arrogantes e ricos, exploram o trabalho escravo e infantil, desmatam e destroem florestas, plantam combustível ao invés de comida, expulsam o pequeno agricultor, contratam milícias e assassinos. Amigos de transgênicos e agrotóxicos, eles poluem rios, fazem rodeios e têm *agroboys*. Essas são as marcas exploradas contra. Não podemos nunca fazer um planejamento sem saber o que falam mal da gente. Quem se atreve a defender imediatamente recebe algum tipo de apelido.

Os arrozeiros são expulsos, há manifestações na rua com pessoal fantasiado contra os transgênicos, o MST é sempre um pouco romantizado, a motosserra é o grande inimigo, enfim, essas imagens são jogadas na cara contra. Precisamos ter a consciência de que elas existem, são poderosas e dão prestígio às pessoas que exploram isso.

O objetivo a ser buscado o tempo todo, o prestígio, se compõe de dois ingredientes fundamentais: conhecimento e confiança.

Existe uma coisa importante para a compreensão: a visão romântica da agricultura está a favor e deve ser explorada. O empresário da agricultura precisa ser reconhecido. Como não é reconhecido ainda, não é uma profissão e não se fala: "Sou fazendeiro". Aí, vêm todas as imagens positivas e negativas. Por sorte, existe a estética, a menos que mostrem, exatamente, insistentemente, os aspectos negativos.

No último dia 28 de julho foi comemorado o Dia do Agricultor. Pesquisei nos jornais e nas revistas, havia poucos anúncios homenageando o agricultor. Em contrapartida, no Dia do Médico, os laboratórios fazem anúncios, colocam comerciais na televisão, fazem *spots* de rádio, promovem coquetéis, eventos etc.

Pergunta-se: O que é *agribusiness*? O que é agronegócio? São tantas as *commodities*, a soja, o café, verduras, legumes, frutas, frangos, gado, leite, tabaco, piscicultura, reflorestamento, transportes, navios, caminhões, comercialização, financiamento, exposições, feiras, documentários, leilões, manifestações, associações. É muita coisa. Então, a grande necessidade é criar alguma coisa que resuma numa frase, palavra e imagem, o que é o setor rural para, exatamente, transmitir esse prestígio e se livrar dos ataques constantes.

Agro o quê? *Agribusiness*, agronegócio, agroindústria. O que é? É um problema de *branding*. O que é o *branding*? *Brand Management* é a gestão de marcas junto ao mercado. A Abag tem a sua marca.

A construção de uma marca forte para uma linha de produtos, serviços e setores é consequência de um relacionamento satisfatório com o mercado alvo. Essa é a primeira condição. O relacionamento deve ser satisfatório. É o caso da produção rural para a vida humana: comer é alimentar. Como o *branding*, quando essa identificação positiva se torna forte o bastante, o valor da marca supre a do próprio produto oferecido. Existem muitas marcas tradicionais no mercado há tanto tempo. Algumas com período de queda, devido a imprevistos na fabricação. Aí, há todo um esforço para levantá-la, informando muito o público a cada passo e renovando com legislação mais rígida.

Branding é o conjunto de práticas e técnicas que visam à construção e ao fortalecimento de uma marca. O seu objetivo é, entre outros, aumentar o *brand equity*, prestígio ou o peso do nome ou ativo e da marca, o valor monetário da marca e, assim, aumentar o valor da empresa em si.

Essa estatística anual sobre as marcas mais valiosas do mundo tem isso. Às vezes, imagino como planejar uma ou várias fábricas para produzir milhares de produtos em pouco tempo, e olhem que existem muitas, produtos ainda não acessíveis no Brasil. São linhas tecnológicas e inovadoras que, por diversas razões, somos os últimos a receber. Empresários poderosos não se interessam pelo Brasil, por causa das taxas e dos trâmites burocráticos. Isso repercute no mundo inteiro, e alguém tem de tomar providências aqui no nosso país.

Os recursos são o conhecimento próprio (auto) e do inimigo, para ter chance de vitória. As relações públicas e a propaganda devem ter frequência e continuidade, assim como feiras, exposições e prêmios. A presença em redes sociais ganhou influência impressionante. É um sistema em que pouco se faz, mas, de repente, sempre muda um pouco. De qualquer forma, os recursos precisam ser permanentes.

Existem alguns exemplos de campanhas bem-sucedidas. O caso mais típico é o do café da Colômbia, com seu personagem, o Juan Valdez. Na época da sua criação, o

Instituto Brasileiro do Café (IBC) fazia uma campanha do café brasileiro. Quando se falou sobre o Juan Valdez, a pessoa encarregada disse: “Não é esta a imagem que queremos”. O Juan Valdez até hoje continua o maior sucesso, promove e transforma o nome café da Colômbia em símbolo de café de qualidade. Perdemos exatamente esse valor do *brand equity*. Outro exemplo está no leite, o *got milk*, uma campanha em que o símbolo é a manchinha branca no lábio superior de quem acabou de tomar leite, usado por personalidades famosas. Essa questão do profissionalismo na comunicação da parte estética é fundamental e não custa barato.

O caso também anterior a esses é o da Chiquita Banana. A banana era uma *commodity*, até receber um nome. A Chiquita Banana faz comunicação há mais de quarenta anos com selos de acordo com a ocasião. Aquela ideia de se ter uma banana com marca, aparentemente absurda, faz parte dos casos de grande sucesso.

Outro caso é o das águas. Nunca se poderia supor água com marca. E a água tem marca, não apenas a particular, como pública. E há os vinhos da Califórnia. Diziam que americano não sabia fazer vinho. Os vinhos italianos sofreram por problemas de imagem. Existe a piada do velho vinhateiro que na hora da morte chamou os seus filhos e disse: “Tenho um segredo para contar”. Aí, os filhos disseram: “O que é, papai?” Ele falou: “Vinho também se pode fazer de uva”.

Aqui em São Paulo, tivemos o caso da Secovi, que era o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo, que se transformou apenas no Sindicato da Habitação.

A síntese, portanto, pode significar mais do que um longo nome. Curitiba passou de Prefeitura do Município de Curitiba para Cidade de Curitiba. A Coca-Cola faz uma



Paulo Henrique Amorim



Roberto Duailibi



Roberto Rodrigues



Geraldo Alonso Filho

campanha a favor da preservação da água. Parece uma contradição, mas, pelo contrário, é exatamente um recurso sincero para dizer: isso é fundamental. Essa sinceridade é um esforço para melhorar a imagem como refrigerante e empresa. Cada gota vale.

Em vários lugares, a Coca-Cola faz parcerias com os seus fabricantes e engarrafadores. Cada um tem um restaurante onde é vendida a comida a um preço subsidiado. O objetivo é o de levar saúde e cidadania através de uma alimentação de qualidade balanceada e barata. E o barato hoje existe graças ao setor rural. Hoje se come no Brasil por um preço conveniente, ao alcance de todos, porque temos uma agricultura organizada. São, até agora, doze restaurantes instalados, já vão para dezesseis. Servem uma média de trezentas refeições diárias a R\$ 1,00 para a população carente das grandes cidades.

É o *core business*, quer dizer, o conjunto de produtos, competências, canais, clientes e áreas geográficas que delimitam a essência do que a empresa é ou pretende ser para atingir sua meta de crescimento, ou seja, ampliar suas receitas de maneira sustentável e lucrativa.

Do *agribusiness* qual é o *core business*? Não é só plantar, mas é fundamentalmente abastecer todos os lares. Quando se veem as imagens das prateleiras de Cuba e da Venezuela, vemos como essa missão é essencial. Os protagonistas, ou seja, os *stakeholders* seriam: mídia, governo, bancos, público em geral e os próprios agricultores. Criado por Robert Edward Freeman, os *stakeholders* são os elementos essenciais ao planejamento estratégico de negócios. Referem-se a qualquer pessoa ou entidade que afeta ou é afetada pelas atividades de uma empresa ou de uma instituição.

A imagem a se divulgar. Ainda temos muita terra para cultivar, quer dizer, esses argumentos de que o setor rural destrói florestas para

plantar, de certa forma, é falso. O *agribusiness* gera empregos, educação, qualidade de vida e melhores salários. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Comer, hoje, é muito mais barato.

Conceitos. Tudo que vem da terra é sagrado. É o tamanho da terra que torna o Brasil forte. Cultivar a terra é sempre um sacrifício, portanto, uma missão. Sem agricultura não há alimento. A agricultura produz alimentos naturais. Comer é viver. Esse conceito existente de apreciar a comida de certa maneira nasceu com a Revolução Francesa: os empregados dos nobres, para se sustentarem, abriram restaurantes, coisa que não existia, mas atualmente se deve à popularização na televisão um número grande de programas de culinária, e o *chef* virou um herói e uma celebridade, coisas que não era.

A palavra terra tem significado muito poderoso, é uma coisa telúrica realmente, muito dentro de nós. Os bolcheviques sintetizavam a sua luta em três palavras: paz, pão e terra. Para os comunistas no Brasil, a partir de 1900, era pão, terra e liberdade. A terra faz parte, portanto, das propostas mais significativas para modificar de certa maneira as sociedades.

Mas a agricultura é mais do que só terra. É também água, sol e esperança. Um povo sem fome é, portanto, um povo feliz. Obrigado.

PROJETO DE COMUNICAÇÃO DE LONGO PRAZO

Roberto Rodrigues

Contarei a história de um fracasso já contada várias vezes. Como presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), em 1995, eu procurei a DPZ com essa ideia de valorizar a agricultura e o agricultor. Produzir um conjunto de filmes pró-agricultura. Havia algumas obviedades do tipo: anúncio de calça jeans – mostrar para o consumidor que sem algodão não há calça jeans. Portanto, não era só comida. Lógico, havia a cerveja, e sem cevada não há cerveja.

Procurava mostrar que a cadeia do agronegócio era dependente daquele cara que planta, com imposto e o juro mais alto do mundo. Aquelas coisas que falamos para nós mesmos há décadas. Então, a ideia era essa. Anúncio de pneu de automóvel sem seringueiros não haveria.

A DPZ se encantou pela proposta e fez um trabalho muito bacana, que custava, em 1995, R\$ 2 milhões. Fiz uma carta linda e coquetel para receber as empresas. Apareceram apenas três. Uma decepção.

Depois, a Mônica Bergamaschi, na Abag de Ribeirão Preto, montou um programa de comunicação para mostrar que as pessoas que assistiam à TV eram parte de uma cadeia produtiva associada ao campo. Essa ideia, defendida durante anos,

queremos trazer aqui, mais uma vez, com a certeza de mudanças nas coisas. Essa incapacidade nossa de mostrar a nossa verdade é incrível, porque temos uma imensa capacidade de falar para nós mesmos: como somos lindos, importantes, bonitos e necessários para todo mundo, mas não somos capazes de provar isso para os outros. Precisamos mudar de uma vez.

E agora, parece, finalmente, que ganhou dimensão diferente, porque se somou a um grupo de empresas do agronegócio brasileiro, associações de entidades de classe. Esse programa não é campanha, é um projeto de comunicação de longo prazo. Não diria permanente, mas com a ambição de ser constante. Ninguém assinará individualmente. A questão institucional é da agricultura brasileira. O *branding* é agro. Insisti muito para a questão ser tratada com muita emoção e não apenas a lógica. Conteúdo com credibilidade, para termos uma agenda positiva e desmanchar a negativa. Ninguém falará bem de nós se não formos nós mesmos. Se eu quero vender a minha imagem, preciso pagar para isso. Custa caro, mas é fantástico.

Segundo a OCDE e a FAO, nos próximos dez anos, a demanda mundial por alimentos crescerá 20%, dos quais a Europa atenderá a 4%. A Austrália, 7%; os Estados Unidos e o Canadá atenderão entre 10% e 15%; Rússia, China, Índia, Ucrânia, entre 25% e 27%; e o Brasil atenderá com 40%. Para atendermos a essa demanda, precisamos de políticas e instrumentos adequados, ações privadas e públicas que permitam esse avanço. Podemos e temos capacidade para isso.

Quando fui ministro da Agricultura, cheguei lá tendo como ídolo máximo o Alysson Paolinelli, o maior ministro de todos os tempos na história do Brasil. Sabia tudo que tinha de fazer. Ledo engano. O orçamento quem faz é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Convencer os caras da burocracia que defesa sanitária não é botar espingarda em galinheiro demora seis meses. Depois, quem libera o recurso é o Ministério da Fazenda, a taxa de câmbio e a dos juros é o Banco Central quem faz. Quem investe em estrada, ferrovia e portos é o Ministério dos Transportes. Quem cuida da floresta plantada, que é agricultura, é o Ministério do Meio Ambiente. Quem decide o que vai fazer com agroenergia, biocombustível, bioeletricidade é o Ministério de Minas e Energia, mais a Petrobras, mais a ANP. Quem cuida da indústria internacional é o Itamaraty. Quem faz o acordo de comércio é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e nós ficamos falando de política agrícola. Sem estratégia não há avanços. E estratégia numa democracia é feita se a opinião pública assim a quiser, se assim a crê. Para a opinião pública querer alguma coisa, ela tem de ser convencida. Terá de ter um compromisso com aquilo. Chegou a hora! Estamos numa hora oportuna para isso. Temos um programa formidável preparado para avançar. Precisamos de recursos e vamos conversar com todos vocês. Recebam-nos com boa vontade e não tenham medo de pôr a mão no bolso, porque, se fizermos isso, seremos todos campeões mundiais. Muito obrigado.



Hiran Castello Branco



José Luiz Tejon Megido



Licínio Motta

É A HORA DE COMEÇAR O TRABALHO

Geraldo Alonso Filho

O setor representa 25% do PIB nacional, mas não investe 1% da comunicação realizada no País. Essa defasagem ela não suportará mais. Precisamos adequar os investimentos e as estratégias para que os desafios colocados pelos estrangeiros, como quase inequívocos, não sejam alcançados. Quanto mais avançarmos, maior será a dificuldade com a opinião pública e com os concorrentes. Teremos de estar preparados, de maneira organizada, profissional e competente, para enfrentar esses desafios.

O mundo moderno, com as novas tecnologias, gera a versão dos fatos. Precisamos estar habituados a lidar com eles. Mais do que nunca, o *perception* vale mais do que o *reality*. O fato, em si, não é objeto dos comunicadores. Devemos ter a realidade transformada. Ninguém propõe mentira, mas de maneira talentosa e criativa, sem levar ao tédio. Heterogênea e grande, a cadeia produtiva do agronegócio envolve milhares de entidades, organismos e empresas. Supõe-se que o agricultor tenha de conhecer adubação, irrigação, fertilização, finanças, comercialização etc. Temos centenas de milhares no Brasil que sozinhos não serão competentes para enfrentar os desafios pela frente.

Vamos nos conscientizar de que agora é a hora de começar o trabalho. Ninguém está propondo *ad infinitum*, temos de colher os frutos desse trabalho. Entender que a comunicação funciona. Esse é um momento histórico. Vamos sair conscientes para investir em comunicação de maneira competente, sistêmica e, seguramente, no próximo Congresso da Abag, discutiremos as nossas conquistas. Obrigado.

COMO A POPULAÇÃO URBANA PERCEBE O CAMPO?

Hiran Castello Branco

Nos idos de 82, fizemos uma pesquisa em um dos Estados brasileiros para conhecer o perfil do homem do campo. Identificamo-lo como um empresário rural. Isso balizou a forma para a indústria fornecedora de insumos direcionar a comunicação e, evidentemente, com resultados bastante interessantes, porque usou técnicas profissionais.

A contribuição que gostaria de trazer começará por uma pesquisa para identificar como a população urbana brasileira percebe o campo. Teríamos as informações sobre os gargalos a serem superados, para a percepção e avaliação correta, se são imagens, ou não, para serem utilizadas. Esse seria o primeiro passo para dar sustância a um programa continuado de comunicação. Ela orientará o trabalho necessário para o gerenciamento de conteúdos das redes sociais. Obrigado.

A NOVA CLASSE MÉDIA DA AGRICULTURA

José Luiz Tejon Megido

Gostaria de ressaltar o marco histórico desse momento e parabenizar, de maneira muito brasileira, acima de tudo, à direção da Abag. Pela primeira vez na história deste país, temos a comunicação colocada num evento de extraordinária e imensa importância para a sociedade brasileira. Comunicação está no tema desse encontro. Temos pessoas que estão

nos assistindo e vendo, através do sistema da rede social, da *internet*, multiplicando este auditório e levando isso ao País.

Marcos históricos da comunicação do campo com o lado urbano brasileiro são difíceis de ser encontrados, pesquisados e colocados para um trabalho mais metodológico. Possuímos um *know-how* extraordinário na comunicação: Primeiro, com o campo, no antes da porteira para o dentro da porteira. Segundo, das organizações agroindustriais, de serviços da alimentação, com o consumidor final. No entanto, não temos comunicação com frequência, permanência, persistência. Não fizemos isso até hoje, mas há uma razão vital para fazer agora.

Passamos a ter um marco histórico político, que significa o seguinte: como a d. Maria, da comunidade de Heliópolis, vota, ela precisa ter um sentimento estimativo, positivo e emocional no seu coração do que significa este universo de produtores rurais. Precisamos ter um projeto ludo-criativo pedagógico com a sociedade urbana brasileira, e isto passa a ser estratégico para o negócio de toda a cadeia produtiva.

A nova classe média brasileira, a C, de 94 milhões de brasileiros, significa um poder de consumo e uma importância relativa maior do que a A e a B. Quando agregamos a D, ela é maior do que todas as outras. Essa nova classe será cantada em prosa e verso. Mas temos ainda na cabeça uma classe de produtores antigos. Desconhecemos a classe média produtora brasileira nova, em seus vários Estados: a de Mato Grosso, que é diferente da de Santa Catarina, do oeste da Bahia, de Tocantins, do Paraná etc. São classes médias rurais produtoras diferentes daquelas que estão no imaginário.

O grande desafio para a comunicação é fazermos a apresentação da nova classe média produtora brasileira com a nova classe média da sociedade urbana. Verificaremos a indiferença entre o que é rural e o que é urbano. Tudo ficou igual, as relações são as mesmas.

No oeste da Bahia, há um homem que tem loja de varejo em Barreiras chamada Dantas. Ele vende batendo o martelo e considera o agronegócio a sua vida. “Quando o agronegócio vai mal, vendo menos; vai bem, vendo mais”, diz ele. Essa consciência está instalada. Falta ajudarmos esse processo para que funcione.

Nesses marcos históricos raríssimos para tratar do diálogo entre o campo com a sociedade urbana brasileira, resalto a coragem e a convicção de Ney Bittencourt de Araújo. Na década de 80, de 1983 a 1986, junto com a Rede Globo de Televisão, a Agrocere fez quatro anos de campanha, com 200 inserções para o País inteiro, que falava do milho e de processos educativos. Esses projetos precisam ser articulados com alta direção estratégica das companhias. Naquele momento, tínhamos dois homens brilhantes na Globo e na iniciativa privada.

Outro marco histórico no *marketing* do agronegócio consiste no fato de a origem da matéria-prima passar a importar na consciência e na percepção do consumidor final. Os supermercados buscam *fair trade*, produtores, *links* e um novo paradigma. No passado, ninguém se importava de onde vinham o leite, a carne, o café etc. Agora, isso passou a contar e a importar. Portanto, não existem mais *commodities*. Existe uma luta de diferenciação na cadeia produtiva. Não há mais produto:

há processo. A Abag está de parabéns por este encontro. Deste mundo urbano poderemos fazer as ligações sensacionais que o mundo da agricultura precisa. A nova classe média produtora brasileira precisa ser apresentada à nova classe média urbana da cidade, e veremos que elas são uma coisa só.

FREQUENTE E CONSISTENTE

Licínio Motta

Prestígio é igual a conhecimento mais confiança. Aí reside a importância da escola ou da academia, nesse desafio da comunicação do agronegócio. Lá está o conhecimento acumulado para colocar este ativo à disposição do agronegócio. A Escola Superior de Propaganda e Marketing, que nasceu do mercado para o mercado, pode contribuir e muito nesse grande desafio. Temos um núcleo de estudos de agronegócio e estamos à disposição para ajudar nesse projeto de comunicação. Falamos da sua necessidade de ser frequente e consistente. É interessante: quando há 500 anos esse país foi descoberto, talvez uma das primeiras ações tenha sido de comunicação, quando o Caminha escreveu a carta dizendo que a terra era boa e generosa, e que se plantando, tudo dava. Obrigado.

AMO A AGRICULTURA PROFUNDAMENTE

Roberto Rodrigues

Não estamos tratando da agricultura, estamos tratando do Brasil. Então, só para aproveitar e colocar um pouquinho mais de emoção, eu acho que o Tejon falou uma coisa muito importante.

Amo a agricultura profundamente. Quando vejo um campo de trigo balançando ao vento, aquilo me emociona. Ver uma florada de laranja é uma coisa emocionante, entra na alma da gente. Um cafezal cereja, todo vermelho. Amo a agricultura por causa dela, amo o agricultor brasileiro, porque constroem esse país. Então é emoção pura.

O homem que põe uma semente na terra e acredita que vai chover o suficiente, vai fazer o calor suficiente para ela germinar, num processo metabólico cientificamente demonstrado, é um homem de fé. Ele acredita que aquela folhinha vai atravessar aquela terra por cima dela, vai romper ao sol e vai vencer lagarta, geada, chuva de pedra. Vai vencer tudo, vai florescer, vai produzir. E aquele que fez aquilo vai colher, vender, pagar imposto, pagar o banco, para plantar de novo no ano que vem. É um homem de fé, é um homem que faz as coisas acontecerem de fato. Obrigado.



O CENÁRIO POLÍTICO

Joelmir Beting – Jornalista

Fico muito satisfeito nesse “brasilzão” que se transforma na bola da vez, de dentro para fora, de fora para dentro. Deixamos de ser o país do futuro, no presente, e com as transformações da economia globalizada o mundo passou a precisar do Brasil. Esta reta de chegada da eleição 2010 deixa ariscos os animais da floresta econômica, com pegadas na bolsa, no câmbio, na tomada de decisões das empresas e nas escolhas das famílias. A economia real desfila certa blindagem comprovada contra o tiroteio político da campanha e emite sinais de neutralidade em relação ao resultado das urnas. Isso é muito bom. No agronegócio, existe certa percepção de que o dólar da colheita será o mesmo do plantio: em torno de R\$ 1,80.

O Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, projeta o dólar, na ponta de dezembro, em R\$ 1,80 para 2010 e R\$ 1,85 para 2011. Ou seja, estabilidade. Na média, R\$ 1,80 neste ano

e R\$ 1,83 em 2011. A de 2009 foi R\$ 1,97. No primeiro ano da gestão Lula, em 2003, R\$ 3,57. A Selic foi reprojeta para 11%, antes, estava em 11,75%. Boa notícia. Estamos com 10,25% para fechar o ano com 11%. Ainda temos 0,75%. Antes ou depois da eleição? Provavelmente, depois da eleição. O PIB recalculado para cerca de 7,1% este ano contra zero do ano passado, com impulso de 4,5% para 2011. Então, estamos sem perturbação.

Indicadores sobre a dívida externa líquida fecham o ano em US\$ 49 bilhões, o maior da história. A balança comercial, graças ao agronegócio, dará um saldo residual de quase R\$ 15 bilhões. Não temos expectativas de mudanças de rumo ou de prumo na travessia de 2011, qualquer que seja o novo ou velho governo. Os esboços de programas de governo, filtrados até agora, no caso dos dois candidatos que lideram as pesquisas, são convergentes sobre os fundamentos da própria macroeconomia.

Ao longo da história, no Brasil e no mundo, o desenvolvimento econômico verdadeiramente equilibrado exige es-

UM AMPLO TRABALHO PARA MELHORAR A IMAGEM DO AGRONEGÓCIO

tabilização inflacionária. A estabilização é o condicionante; o crescimento é o condicionado. A estabilização do real, em 16 anos, não deixou também de ser uma corrida de obstáculos, com direito aos equívocos de avaliação dos eventos e dos seus efeitos, inclusive pela área acadêmica.

Não bastassem os apagões aqui dentro, tivemos grandes erupções lá fora. Em 16 anos de real, tivemos 16 choques. Na média, um por ano. Só para nominar: moratória do México, em 1995; banda cambial no Brasil, em 1995; crise da Ásia, a primeira global, em 1997; a da Rússia, em 1998; a ruptura da banda cambial no Brasil, em 2009; o estouro da bolha “com” de *internet*, em 2000; apagão no Brasil, em 2001; 11 de setembro, em 2001; depois o Iraque e Afeganistão, em 2002; Lula, em 2003 (a inflação ficou acima de dois dígitos, o risco-país acima de 2.400 pontos e o dólar cravou R\$ 3,61); o mensalão, em 2005; a reeleição, em 2006; a bolha hipotecária, em 2007; a bolha financeira, fim de 2007; a bolha financeira, de alcance global, setembro de 2008; recessão em 2009; este ano, eleição.

Bolhas de caráter especulativo, ou seja, sem caráter, são produzidas menos pela ambição do mercado predador, que é do ramo da ambição, e mais pela omissão do Estado regulador, que é do ramo da omissão. Estado regulador, supervisor, já se querendo interventor. E a omissão continua até hoje, porque a regulação não apareceu até agora. Há apenas um esboço, plantado no Congresso Americano, pelo governo Obama, mas ainda não se sabe em que bicho vai dar.

Em 16 anos de vida, paixão e sorte do real, tivemos, com essas bolhas e crises, aqui dentro ou lá fora, a duração exata de nove meses cada um: três meses de choque, três meses de rescaldo e três meses de reajuste. Depois, a retomada com a saída de um animal esquisito, chamado mercado, que sai da moita por sua própria conta e risco.

O mercado financeiro detém o monopólio da informação e do pensamento econômico. Serve-se da mídia econômica para vender cenários de catástrofe. A previsão pessimista é sempre levada a sério, até pelo nosso instinto animal de conservação. A previsão otimista é levada na galhofa. É a chamada Lei de Tobin, de James Tobin, Prêmio Nobel, editado em 1975: “Todo o anúncio de crise contribui para a ocorrência da crise, o que sanciona a expectativa da crise”. Ficamos com outra lei do próprio Tobin: “O otimismo, na vida econômica, não funciona. Mas cuidado, o pessimismo, na vida econômica, sobretudo numa atividade de risco, funciona. O pessimismo tudo piora”. Sejamos, pois, otimistas. Até porque também a gente poderia aprender

DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO EXIGE ESTABILIDADE INFLACIONÁRIA

com o Woody Allen, que diz: “O otimista só sofre no fim. O coitado do pessimista já vai sofrendo desde a largada”.

Daremos uma sobrevoada no cenário político. Temos três tipos de político no Brasil: os “fichas limpas”, os “fichas sujas” e os “fichas lavadas”. Os grandes partidos, sem programas, ainda tentam alguns ideários. Há divisões e rachas dentro de cada um deles, conflitos de interesses econômicos, eleitorais e ideológicos, que impedem a montagem e a divulgação de programas de metas com garantia de meios.

Perto de 2/3 do eleitorado brasileiro, 137 milhões de votos, não têm discernimento para processar informação e amadurecer a sua escolha. É um caso único, porque temos, no Brasil, sem ser a jabuticaba, o horário eleitoral gratuito, com dois impactos:

Primeiro, a televisão está presente em 97% dos domicílios. Segundo, a TV aberta está na *internet* e no celular, com 63 milhões de pessoas.

Pela legislação eleitoral, é possível fazer campanha política na *internet*, com distribuição de *e-mails* em todas as direções e participação das redes sociais. É um fenômeno, telúrico, com efeito fantástico da sociedade.

Diante da televisão, esse povão, não escolarizado e não politizado, acaba como se estivesse diante do Big Brother Brasil. Sem olhar para o partido, nos programas e nas promessas, eles estão ligados na empatia do candidato. Empatia é aquilo que a gente nem sabe o que é, mas a gente sente. A empatia negativa subtrai; a positiva acrescenta.





PROPOSTAS DA ABAG PARA O CENÁRIO 2019/2020

Carlo Lovatelli

Passaremos às propostas da Abag para o Cenário 2019/2020. Elas foram obtidas da seguinte forma: fizemos inicialmente uma releitura do trabalho realizado em 2006. O grande diferencial deste ano foi realmente envolvermos, na medida do possível, o agronegócio brasileiro para ter realmente uma informação fechada e mais completa possível das demandas. Fomos felizes em fazer isso. Fizemos uma compactação, mas o nível de informação obtida foi espetacular. Recebemos recomendações providenciais para concentrar nossos pontos de referência e estabelecimentos de metas. Colocamos aqui algumas das metas que fazem parte do trabalho. Foram entidades, órgãos estaduais e empresas privadas

ligadas ao agronegócio nacional. As diversas cadeias produtivas contribuíram de forma decisiva para o sucesso deste trabalho. Gostaria de agradecer, sem lembrar, de nenhuma em especial, para não ser injusto, mas fortemente, a todas elas e com todo carinho. Pairou realmente o espírito pródigo de que a união realmente faz a força.

Temos as metas e os seis pilares que sintetizam o trabalho: Garantia de Renda para o Produtor; Infraestrutura e Logística; Política de Comércio Exterior; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Defesa Agropecuária; e Institucionalidade. Encerramos nosso périplo no Conselho Superior do Agronegócio, da Fiesp, no início de julho. Cumprimos, assim, passos importantes para lastrear com legitimidade o documento que foi encaminhado para análise e pronunciamento dos presidentes. Obrigado.

A ABAG enviou seis perguntas aos candidatos

Pilar 1

Garantia de renda para o produtor

A produção da agricultura brasileira tem crescido de forma significativa, mas o seu resultado econômico deixa a desejar. Endividamento, crédito rural não compatível, seguro rural incipiente e insegurança jurídica permanecem como problemas a serem equacionados.

Metas de crescimento da área e produção somente são atingidas com renda no campo. Como o seu governo pretende estabelecer uma política de renda para o setor?

As invasões de propriedades e a ameaça extemporânea da revisão dos índices de produtividade inibem investimentos e geram insegurança no campo.

Qual será o seu posicionamento sobre estes dois importantes temas?

José Serra

A questão da renda é o problema fundamental da agricultura. Há três pontos para destacar. Primeiro, a taxa de câmbio. A agricultura exporta bastante e recebe menos, por uma supervalorização do real que decorre da maior taxa de juros real do mundo. Segundo, montar um sistema nacional de seguro agrícola forte representará uma garantia de renda e de sustentação da nossa produção. Terceiro, o crédito que tem a parte oficial, do compulsório a juros controlados, mas o de mercado, com juros efetivamente proibitivos. Vamos equacionar essas três questões fundamentais para o setor: a verdadeira galinha de ovos de ouro do desenvolvimento brasileiro.

ERRADO É QUEBRAR A ORDEM JURÍDICA COM AS INVASÕES

A questão da produtividade precisa ser entendida de forma mais ampla. Suponhamos uma crise internacional, com queda na demanda e baixa nos preços agrícolas. O agricultor terá de reduzir a plantação. Essa decisão não é porque não deseja explorar bem a terra, mas, sim, para evitar o prejuízo. Como precisa analisar o conjunto da cadeia de produção, a produtividade deve levar em conta os preços dos insumos e dos produtos.

A insegurança do campo provém também da ação do MST. Não é movimento de fato pela reforma agrária. Trata-se de um projeto de socialismo revolucionário. Defendo a liberdade para terem a proposta que quiserem. Sou contra o uso da reforma agrária como pretexto. O governo não pode dar dinheiro público para subsidiar movimentos políticos. Próprio da democracia, eles têm direito de propor socialismo revolucionário. O errado é quebrar a ordem jurídica com as invasões e receber dinheiro do governo, através das ONGs.

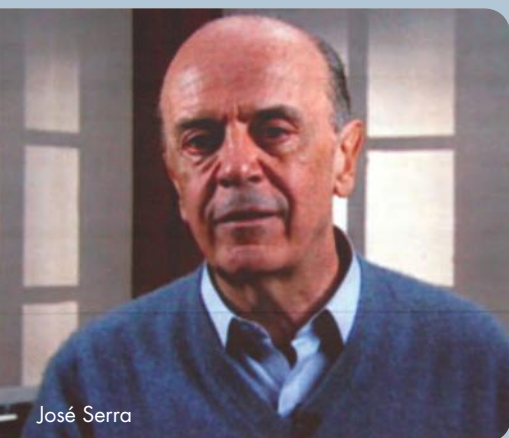
Marina Silva

Fiquei muito bem impressionada com o documento apresentado pela Associação Brasileira do Agronegócio, ao eleger o tema da sustentabilidade e as mudanças climáticas como elementos da estratégia para o futuro. Isso cria novos alinhamentos políticos e padrões de diálogo com os diferentes setores da sociedade, como é o caso dos movimentos sociais e ambientais. Precisamos enfrentar os grandes desafios e aproveitar as imensas oportunidades desenhadas para o Brasil neste início de século.

FAZER JUS À POTÊNCIA AMBIENTAL QUE SOMOS

Temos as condições para alcançar novo ciclo de prosperidade no campo, com inclusão social e uso cuidadoso das riquezas naturais. Esse caminho consolidará a liderança e colocará a nossa agricultura em posição de vantagem imbatível no mundo. Criaremos as condições para gerar políticas públicas de incentivo ao setor, como o crédito, a infraestrutura e pesquisa, tão necessárias para aumentar a produção por ganho de produtividade. Acredito ser possível cumprir as metas de crescimento com a competência de empresários, cientistas e entidades do setor.

Durante esta campanha, fiz uma afirmação um tanto quanto surpreendente de que seria a solução para o agro-



José Serra



Marina Silva



Dilma Rousseff

negócio no Século XXI. Poderia soar de certa forma pre-sunçosa. Na realidade, é a declaração sincera de compromisso assumido com o setor do agronegócio e os segmentos produtivos do País. Quero trabalhar para ter políticas e transitar nessa realidade do Século XXI. Com esse imenso potencial, o Brasil precisa aproveitar as oportunidades históricas, com um novo olhar e estratégias para alcançar o objetivo de país rico, economicamente próspero, socialmente justo e sustentável.

Decidi me candidatar à Presidência do Brasil, porque compartilho com o sonho de milhões de brasileiros: fazer jus à potência ambiental que somos. Sonho com a criação de novas bases para o Brasil se desenvolver, com a distribuição de riqueza, empregos e vida digna aos brasileiros. Comprometo-me a realizar os investimentos estratégicos para criar uma nova realidade, com investimentos em educação, desenvolvimento científico e infraestrutura para o escoamento da produção.

Vivemos um momento importante na história do País, de prosperidade e ganhos imensos para a economia e a sociedade. É fruto do esforço e trabalho de muitas mãos, sob um Estado democrático de direito, duramente reconquistado. Qualquer que seja o movimento pela democratização e o acesso a terra deve ser feito sempre nos marcos do Estado democrático de direito. Isso é válido tanto para aqueles que defendem ou são contrários à reforma agrária. O legítimo direito de manifestação não dá o direito de extrapolarmos as leis. O errado não é defender interesses, mas, sim, sobrepor o interesse de forma ilegítima, sem respeitar os mecanismos legalmente pactuados pela sociedade.

Temos o grande desafio pela frente, desde a aprovação da nossa Constituição, em 1988, de não tratar algumas questões como eram tratadas anteriormente. Trabalhar para que a regulamentação aconteça de forma legítima, mediada adequadamente de acordo com os diferentes interesses da sociedade brasileira. Não ficar na velha lógica de, ao invés de passar no teste, mudar o teste. Vamos acolher os ganhos da Constituição com respeito às regras, legitimamente pactuadas pela sociedade brasileira.

Dilma Rousseff

O Brasil rural de hoje é muito diferente daquele de alguns anos atrás. Hoje, o campo cresce e se desenvolve com renda e cidadania. O PIB da agropecuária cresceu 32% entre 2002 e 2009: saltou de R\$ 124 bilhões para R\$ 154 bilhões. A produção de grãos foi de 96 para 146 milhões de toneladas. O aumento da produção e da produtividade também ocorreu na produção de carnes. Em resumo, o governo do presidente Lula produziu muitos avanços. O crédito rural para a safra 2010/11 é de R\$ 116 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões para o agronegócio e R\$ 16 bilhões para a agricultura familiar, quase cinco vezes mais em relação à safra 2002/03.

Durante a crise econômica mundial, o BNDES criou linha especial de crédito de R\$ 10 bilhões. Além disso,

MEIO RURAL REFLETE UMA DIVERSIDADE MUITO GRANDE

o endividamento foi ajustado por meio de uma ampla negociação expressa na Medida Provisória 432, que virou Lei. O governo atuou fortemente na garantia de preços aos produtores, com o objetivo de garantir a estabilidade, o aumento da produção e a renda do produtor rural. Essas ações foram movidas pela convicção de que a agricultura brasileira responde a três agendas estratégicas para o País e para o mundo: a segurança energética, a alimentar e a climática. Podemos e vamos avançar.

Essa alteração no campo foi fruto de investimento significativo do governo Lula na agricultura familiar. O crédito, a assistência técnica, a aposentadoria rural e programas como o Luz para Todos e o Bolsa Família levam a paz social ao meio rural. A diminuição do número de conflitos é real. O assentamento de quase 60 mil famílias, o crescimento econômico e a geração de emprego contribuem muito para

isso. Hoje, o meio rural reflete uma diversidade muito grande. Não se veem mais somente grandes proprietários de um lado e agricultores sem terra de outro. Há um agronegócio dinâmico, bem posicionado na produção de *commodities*, com uma agricultura familiar moderna e produtiva. São pescadores, ribeirinhos, extrativistas e médios produtores que formam uma diversidade extremamente importante.

Já em relação à revisão dos índices de produtividade, defendo que qualquer decisão seja fruto de um amplo debate e também de consultas à comunidade científica, que pode dar parâmetros mínimos para se definirem índices de produtividade no Brasil.

Pilar 2

Infraestrutura e logística

As alternativas de expansão competitiva da agropecuária nacional estão praticamente esgotadas pela falta de investimento em infraestrutura e logística. Os gargalos acontecem nos sistemas de armazenagem, portos e em todos os modais de transporte.

Como o(a) senhor(a) irá atuar para solucionar estes gargalos?

Marina Silva

No que concerne ao desafio da infraestrutura, é fundamental a clareza de que ela é necessária e importante, diante das possibilidades de crescimento das metas colocadas para o setor agrícola. Precisamos de um plano para a infraestrutura com as diretrizes não apenas em cima das questões emergenciais, mas dentro de uma visão estratégica capaz de planejar os próximos 30 anos. A partir daí, criamos os programas para ações inovadoras, como é o caso das Parcerias Público-Privadas, que possibilitam a aquisição e a mobilização de mais recursos para investimentos. Dar uma solução rápida capaz de integrar as diferentes alternativas para o escoamento e o armazenamento da produção.

O BRASIL NÃO TEM UM PLANO PARA A INFRAESTRUTURA

O Brasil não tem um plano para a infraestrutura. O PAC, por mais importante que seja, é apenas uma junção de obras e um sistema de gerenciamento. Na época do governo anterior ao do presidente Lula, não tínhamos isso. Conseguimos um ciclo de prosperidade baseado nos investimentos e esforços da estabilidade econômica. Agora, não podemos perder essa guerra para nós mesmos. Criaremos os mecanismos para viabilizar os recursos, com diminuição do desperdício, para fazermos os investimentos de longo prazo. Teremos uma posição de prioridade para os investimentos em infraestrutura e, com certeza, atender às principais regiões produtoras. Induziremos o desenvolvimento nos polos do agronegócio em regiões estrategicamente predefinidas, com sistema nacional de armazenamento de insumos e produtos associados ao sistema modal de transporte, baseado em ferrovias e hidrovias, interligadas por portos modernos. Tudo para dar condições para o escoamento adequado da produção.

Dilma Rousseff

Uma das principais limitações para expandir a produção agropecuária e as exportações está na logística. Esta avaliação foi, inclusive, um dos motivos da criação do PAC. A logística continuará sendo prioridade no PAC II. Nesse período de 2003 a 2010, aumentamos muito o investimento público: passamos de 1,4% em 2003 para 3,2% do PIB em 2010. Entre 2007 e abril deste ano, foram investidos R\$ 460 bilhões em ro-

LOGÍSTICA CONTINUARÁ SENDO PRIORIDADE

dovias, ferrovias, embarcações, estaleiros, aeroportos, terminais hidroviários e portos. O PAC II prevê R\$ 100 bilhões em infraestrutura e logística. Um exemplo importante é a construção da ferrovia da integração do Centro-Oeste, para ligar Uruaçu a Lucas do Rio Verde. Isso possibilitará o escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste. Além disso, há os financiamentos do BNDES. Portanto, a solução para muitos dos problemas de logística passa necessariamente pelo que foi feito e está sendo feito no PAC I e pelo que será feito no PAC II.

José Serra

Tem de enfrentar as questões, menos com discurso e mais em fazer acontecer. A soja do Mato Grosso e de Goiás para chegar ao Porto de Paranaguá e ao de Santos custa tan-



to quanto a ida desses portos até a China. Ao se comparar o Brasil com os Estados Unidos, é verdadeiramente escandalosa a diferença do custo de transporte da soja. Tomo a soja como exemplo, porque vale para muita coisa. Na verdade, as estradas federais estão em péssima situação no Brasil. Sete em cada dez são consideradas ruins. Para cada Estado, poderia citar duas ou três BRs como o centro de problemas de custos da agricultura. Sem falar da armazenagem e dos portos. As exportações baianas são enviadas para Santos, em São Paulo, ou Suape, em Pernambuco, com evidente prejuízo para o agricultor desse Estado.

Se a carga vai a um lugar muito longe para exportar, isso aumenta o custo no Brasil. É necessário um enfrentamento criterioso, com prioridades. Despolitizar e despartidarizar os órgãos responsáveis pelo investimento governamental. Esse loteamento de cargos leva a seguinte situação: muitas vezes não têm dinheiro para investir, não investem. Muitas vezes têm dinheiro e não conseguem investir.

FALTA CAPACIDADE PARA GERAR INVESTIMENTO

Falta capacidade para gerar investimento privado na infraestrutura, como através da Parceria Público-Privadas. Não se tem competência para isso. A área das concessões de estradas, por exemplo, é típica. As concessões feitas pelo governo federal, na verdade, trouxeram no máximo uma ação de tapa buracos. Veja o caso do Estado de São Paulo. A BR que vai para o Paraná continua como a estrada da morte, anos depois de feita a concessão. O que há lá é mero trabalho de tapa buracos, sem reforma da estrada.

A BR que vai de São Paulo para Minas Gerais está fechada por seis meses. Exemplo mais chocante do que esse não há

em matéria da precariedade da infraestrutura. Isso indica um caminho da profissionalização, eficiência e prioridade nos investimentos, além da mobilização da poupança privada. Se for um modelo benfeito, funcionará e ajudará o Brasil a se livrar dos estrangulamentos.

Pilar 3

Política de comércio exterior

A receita com a exportação do agronegócio nacional corresponde hoje a mais do que o triplo do valor apurado em 2000. A projeção é dobrar essa quantia até 2020.

Como o(a) senhor(a) espera desenvolver as políticas de comércio exterior, sinergizando as várias ações possíveis, desde os acordos comerciais até a melhoria da percepção dos consumidores sobre a sustentabilidade do agronegócio brasileiro?

Dilma Rousseff

As receitas com as exportações do agronegócio cresceram em grande parte pela eficiência do setor exportador agropecuário, mas também como resultado da política de comércio exterior adotada pelo governo federal.

Cada vez mais, países densamente populosos, como a China, a Índia e a Rússia, terão dificuldades de atender às demandas domésticas, por causa do provável esgotamento de suas terras agricultáveis. Assim, as dificuldades de reposição de estoques mundiais, o aumento do consumo de grãos e o processo de produção sustentável criam condições favoráveis a países como o Brasil, que apresentam um grande potencial de produção e tecnologia de boa qualidade disponível.

Daremos continuidade à política externa, iniciada no governo Lula, de diversificação dos destinos das exportações, com o fortalecimento das relações com países da África, Ásia e América Latina. Melhoraremos a competitividade das exportações brasileiras, com

MELHORAREMOS A NOSSA COMPETITIVIDADE

reforma tributária para garantir a devolução rápida dos créditos tributários. Apoio, também, à criação, já iniciada, da Agência Especializada em Comércio Exterior, do Fundo Garantidor de Comércio e da alíquota zero de impostos para aquisição de insumos nacionais, além do necessário fortalecimento da Apex. Também é importante a preservação do meio ambiente como um dos compromissos fundamentais para uma agricultura sustentável e moderna. Precisamos demonstrar aos consumidores mundiais que os nossos produtos são diferentes, plantados com base no respeito sistemático à nossa biodiversidade e ao meio ambiente.

José Serra

Precisamos de uma política de comércio exterior para vender mais ao resto do mundo. O Brasil não tem tido isso. De 2003 para cá, foram assinados mais de cem acordos de livre comércio no mundo. O Brasil fez um, com Israel. Trata-se de um país pequeno, com volume baixo de comércio exterior. Temos tido uma política de projeção do Brasil internacional muito eficiente na política e na comunicação, mas não do ponto de vista do comércio exterior. Há situações absurdas. Por exemplo, exportamos carne desossada, que por definição não tem aftosa, mas em certos mercados o produto não entra por ser considerado com aftosa. Por que o Brasil deixa essa situação continuar? Deveríamos batalhar precisamente para remover essas barreiras. Isso é fundamental para o agronegócio cumprir o seu papel de sustentação da balança de pagamentos brasileira. Não fosse o agronegócio, não teríamos a estabilidade do Plano Real. Entre 1975 e 2005, os preços agrícola-

NÃO FOSSE O AGRONEGÓCIO, O BRASIL ESTARIA QUEBRADO

las cresceram sempre cinco pontos percentuais abaixo do índice de inflação, ou seja, ajudaram a segurar a inflação. Em termos reais, caíram de preço e seguraram a estabilidade. Por outro lado, sustentam a balança de pagamentos, com superávit de US\$ 50 bilhões a US\$ 60 bilhões, que, na verdade, permite ao Brasil se aguentar. Não fosse o agronegócio, o Brasil já estaria quebrado.

Marina Silva

Quando me referi a uma declaração que fiz de que era a solução para o agronegócio no século XXI, estava me posicionando também preocupada com essa questão. Os interesses estratégicos do agronegócio brasileiro passam por vários mecanismos de negociação internacional, tanto nos espaços multilaterais como bilaterais. Para termos bom desempenho, é fundamental desconstruirmos o argumento daqueles que colocam empecilhos e barreiras não tarifárias para os nossos produtos. Para fazermos essa desconstrução, é fundamental criarmos uma nova narrativa para os nossos produtos, fazendo aquilo que insisto: a gente passando no teste da sustentabilidade econômica, social e ambiental, fazendo com que o Brasil possa fazer jus às imensas oportunidades que ele tem.

Quando era ministra do Meio Ambiente, fiz esforço muito grande para reduzir o desmatamento da Amazônia, exatamente porque, se esse processo continuasse

NOVA NARRATIVA AOS NOSSOS PRODUTOS

aumentando, isso prejudicaria os nossos interesses do ponto de vista ambiental e econômico. Acho que os esforços feitos já estão contribuindo, como é o caso do zoneamento ecológico e econômico para o setor da cana-de-açúcar. Há outros investimentos nessa área. Com isso, criaremos essa nova narrativa, para colocarmos de forma cada vez mais proativa dentro dos espaços de negociação, como é o caso da Rodada de Doha. Aqueles com maior visão integrada entre meio ambiente e desenvolvimento com certeza darão uma maior contribuição para o desafio aqui colocado.

Pilar 4

Pesquisa, desenvolvimento e inovação

A agropecuária do presente e do futuro depende da ciência, que evolui rapidamente. É preciso atingir um novo patamar tecnológico, principalmente no desenvolvimento de produtos com alto valor agregado.

Quais os mecanismos para alavancar a pesquisa e a difusão de tecnologia em prol de uma agricultura verde de baixo carbono, diante das ameaças provocadas pelas mudanças climáticas e pelo aquecimento global?

Marina Silva

É muito importante ver os problemas não como uma barreira para interromper o nosso caminho, mas como um desafio para ser superado e alçar novos voos. Com certeza, o investimento em ciência, tecnologia e inovação para a criação de uma nova base de conhecimento na agricultura brasileira é fundamental. É a necessidade estratégica deste início de século, tanto para termos produtos com valor agregado e fazermos aquilo que chamo de competição pelo caminho de cima, com mais profissionais qualificados e com maior agregação de valor, tanto do ponto de vista prático quanto simbólico aos produtos. Teremos produtos identificados não apenas pelo valor nutricional e sanitário mas também pela representação no que concerne aos aspectos sociais e ambientais. E a pesquisa, a ciência, a tecnologia e a inovação são grandes aliadas desse processo.

Os Estados Unidos e a China, diferentemente dos demais países, não trabalham com a lógica da transferência de tecnologia, mas com protocolos de cooperação científica. É claro que os chineses não querem ficar dependendo da transferência de tecnologia de ninguém. O Brasil já tem um bom exemplo de que é capaz de produzir conhecimento e tecnologia. Fomos capazes de desenvolver uma variedade de soja muito bem adaptada ao Cerrado. Só nós poderíamos criar essa tecnologia. Isso é a competição pelo caminho de cima.

**PRODUTOR IDENTIFICADO
COM OS ASPECTOS
SOCIAIS E AMBIENTAIS**

O presidente da República tem de incentivar os centros de pesquisa, dar cada vez mais força e valorização para a Embrapa na realização dessas pesquisas. Sem elas, não teremos os meios para os desafios do presente e do futuro.

Nesse processo de discussão, é importante fazermos um acordo social em que o presidente da República fique comprometido com aquilo que de fato interessa para o País. Não tenho dúvida de que o investimento em pesquisa, ciência, tecnologia, em educação de qualidade para gerar os profissionais necessários, tanto para atuar no setor público como no privado, é um compromisso assumido na nossa plataforma de governo. Trabalhando com grandes especialistas e pessoas com a vida dedicada à produção de conhecimento e à valorização da tecnologia e da inovação, como o caminho para a economia continuar próspera e, ao mesmo tempo, enfrentarmos os grandes desafios da sustentabilidade ambiental.

José Serra

Fortalecer e dar uma linha de pesquisas para a Embrapa e os institutos estaduais de pesquisa. Temos de turbinar nessa direção da agricultura verde, no sentido de poupar emissões de carbono, que afetam o clima no mundo inteiro e o meio ambiente. Desenvolver pesquisas conjuntas com a área privada como fizemos com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Desenvolvemos pesquisas da ordem de R\$ 150 milhões em parcerias com empresas voltadas para a agricultura e o processamento de produtos agrícolas, como, por exemplo, no que se refere às máquinas relacionadas com a colheita e o processamento de cana-de-açúcar para produzir açúcar ou álcool, na alcoolquímica. Fazemos pesquisas conjuntas com a Dedini, a Braskem e outras empresas da área, em diferentes etapas da cadeia produtiva, com vista sempre à maior produtividade e eficiência. Esse tipo de ação tem de se multiplicar pelo Brasil. Temos de ativar a criação da pesquisa na agropecuária.

O Brasil foi o primeiro país do mundo a desenvolver uma agricultura extensiva e ampla de muito alta produtividade nos trópicos. O Brasil fez essa contribuição para o mundo, porque os grandes setores agrícolas estavam sempre nos países de clima temperado. Conseguimos desenvolver graças à capacidade empresarial e à pesquisa. Temos de aumentar exponencialmente a dedicação a essa pesquisa, que rende muito na agropecuária brasileira. Durante o meu governo em São Paulo, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC),

**FAZER PESQUISAS
CONJUNTAS COM
AS EMPRESAS**



fundado por D. Pedro II, perto do final do seu império, desenvolveu novas variedades que foram para o Tocantins, a Bahia, o México e a África. São variedades novas que permitem a cana-de-açúcar mais produtiva do mundo. Fruto não só do resultado do solo e fator climático mas também da pesquisa.

Dilma Rousseff

Os compromissos assumidos em Copenhague são a base do caminho em direção a uma agricultura verde de baixo carbono, como: a adoção da recuperação das pastagens no Brasil, a integração da agricultura com a pecuária, o plantio direto na palha e a fixação biológica de nitrogênio na terra. Além disso, sabemos a importância da agroenergia para a produção dos biocombustíveis. Quando falamos em desenvolvimento tecnológico no campo, é importante citar a Embrapa, reconhecida internacionalmente, que sempre foi tratada com responsabilidade e zelo pelo presidente Lula, e a tratarei do mesmo jeito. Criamos o PAC Embrapa para ampliar a infraestrutura voltada para a pesquisa agropecuária e aumentar a geração e a transferência de conhecimento para a sociedade. Foram dez projetos programados até 2010. Podemos citar a Agricultura Amazônica Sustentável, a Segurança Alimentar e os projetos na área de agroenergia, entre outros. Como investimentos foram quase R\$ 1 bilhão. Nos centros de pesquisa investimos em instalações, máquinas e equipamentos. Esses esforços em relação à Embrapa terão continuidade, com prioridade absoluta. Alavancaremos a pesquisa e a difusão de tecnologia em

favor de uma agricultura de baixo carbono de forma generalizada. Investiremos mais recursos no desenvolvimento de novas tecnologias para esse fim, tanto diretamente na Embrapa, como em parcerias com universidades, centros estaduais de pesquisa agropecuária e a iniciativa privada.

Pilar 5

Defesa agropecuária

O risco sanitário torna-se uma ameaça cada vez mais importante no comércio internacional. Estima-se que o Brasil não tenha acesso a mercados de US\$ 20 bilhões anuais em exportações, devido a problemas sanitários em sua agropecuária.

Quais ações são consideradas vitais para um trabalho articulado entre governo e iniciativa privada para a solução deste tema?

Dilma Rousseff

Com certeza, o desenvolvimento da agricultura está relacionado à geração de tecnologia e de novas metodologias de controle sanitário e fitossanitário. Também a certificação dos insumos agropecuários é fundamental e a efetivação da certificação zoofitossanitária. O governo do presidente Lula organizou um conjunto de ações para os diversos centros de tecnologia. O objetivo era, foi e será facilitar a integração entre a demanda e a oferta de tecnologia em áreas estratégicas.

Desde 2008, o Programa Defesa Agropecuária – Mais Ciência, Mais Tecnologia apoia a parceria entre órgãos de pesquisa. Além de incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agronegócio, é preciso aproximar as universidades e os institutos de pesquisa dos reais desafios para o crescimento sustentável da agricultura e da pecuária. O atual governo tem apoiado – e o meu também apoiará – a modernização da rede pública de laboratórios. Em 2010, por exemplo, será consolidada a ampliação da rede federal de laboratórios de biossegurança. Na área de produtos de origem vegetal, está prevista a ampliação dos laboratórios agropecuários do Pará, de

**RESPONSABILIDADE
E ZELO COM
A PESQUISA**

**MODERNIZAÇÃO
DA REDE PÚBLICA
DE LABORATÓRIOS**

Pernambuco, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. É importante, no caso específico dos organismos geneticamente modificados, apoiar os laboratórios de Goiás, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Com toda certeza, para garantia desses objetivos, ampliaremos a parceria com a iniciativa privada. O projeto é e será sempre a oferta de produtos de melhor qualidade para o consumidor brasileiro e a garantia de padrões de qualidade internacionais. Isso é o que viabilizará a abertura de novos mercados para os nossos produtos.

Marina Silva

A preocupação com a segurança e a qualidade sanitária dos produtos é muito importante. Primeiro, porque tem uma dupla responsabilidade: com a saúde das pessoas e a abertura cada vez maior dos mercados para os nossos produtos. Sem uma devida segurança sanitária em relação aos produtos, continuaremos a sofrer uma série de barreiras para que os nossos produtos se firmem em outros mercados. Teremos de ter uma atuação conjunta entre os governos federal, estadual e municipal, aperfeiçoando as políticas públicas. É claro que a responsabilidade é dupla, do governo em apoiar as ações voltadas para o setor, e deste em fazer com que os seus produtos sejam cada vez mais de qualidade. Um produto se firma não apenas pelo seu valor nutricional ou pelo

RESPONSABILIDADE DUPLA: DO GOVERNO E DO SETOR

seu valor sanitário mas também por aquilo que ele agrega como valor intangível nas questões sociais e ambientais.

No caso da segurança e da qualidade sanitária dos produtos, há todo um trabalho a ser feito com o aporte e o apoio do governo. Estaremos abertos para receber as contribuições, sabendo sempre ser trabalho em duas mãos. A do poder público, responsável pelas campanhas de vacinação, pelos incentivos à pesquisa, à tecnologia, à inovação, que contribui definitivamente para solucionarmos vários problemas. A do setor, que deve buscar cada vez mais oferecer um produto de qualidade, como forma de fazer com que os seus produtos não venham a ser barrados nos mercados externos ou criem qualquer tipo de problema do ponto de vista da saúde pública.

José Serra

Muitas dessas questões sanitárias colocadas por outros países são protecionismo disfarçado, práticas desleais do comércio, mas têm também suas causas justificadas. Temos de

MUITOS DOS PROBLEMAS VÊM DE PAÍSES VIZINHOS

arrumar as instituições no Brasil, tanto as federais quanto as estaduais, para um melhor processo de defesa agropecuária. Cuidar das nossas fronteiras, porque muitos dos problemas vêm de países vizinhos. Tomar medidas para proteger a agricultura e a pecuária brasileira de problemas sanitários não produzidos aqui, inclusive com atuações junto a esses outros países para combater também esses problemas. Em certos casos, como fazia no Ministério da Saúde, com doenças transmissíveis, ajudando-os a combater, porque isso minimiza a questão da transmissão dos problemas de um país para outro. Investir também na produção de defensivos genéricos, assim como os medicamentos genéricos. Vamos investir também em produtos transgênicos, mas os transgênicos verde-e-amarelos, adaptados às nossas condições ambientais da agricultura.

Pilar 6

Institucionalidade

Atividades agropecuárias (pequeno, médio e de grande porte), florestas plantadas, agroenergia, pesca e uso do solo e da água poderiam estar sob a mesma gestão.

É fundamental a racionalização na estrutura pública, com ganhos de energia, agilidade e eficiência: a unificação de esferas e a gestão matricial trazem melhorias na administração e na interlocução com os participantes do setor.

Na sua visão, qual seria o melhor caminho para atingir este objetivo?

José Serra

É preciso partir de duas questões fundamentais e consensuais. Primeiro, há muitas formas diferentes de utilizar o patrimônio agrícola para efeito de produção. Isso vai de florestas plantadas até as pastagens da agropecuária. Segundo, há também formas

APLICAR A CAPACIDADE EMPRESARIAL

diferentes de fazer a exploração agrícola. Por exemplo, a da propriedade pequena, familiar, é diferente da grande propriedade extensiva. Agora, é preciso o governo reconhecer essas realidades e atuar harmonicamente, sem exacerbar conflitos.

O denominador comum é a necessidade de aumentar a produtividade, dar eficiência à exploração da terra e da produtividade do trabalho. São duas produtividades: da terra e do trabalho. A necessidade da agricultura, no seu conjunto, é de ampliar a sua capacidade empresarial. Isto vale, inclusive, para a pequena exploração. Quanto mais empresarial for a administração, maior será a eficiência e melhor a renda daqueles que hoje ganham menos. Vale, neste caso, criar programas específicos, como fizemos em São Paulo, com o Pró-trator. Na prática, o governo subsidiou a compra de tratores para pequenos agricultores, com renda de até R\$ 400 mil por ano, em cinco anos, três de carência, juro zero. O governo faz uma compra nominal e consegue 20% de desconto no preço do trator. Com isso, o pequeno agricultor, com acesso à mecanização favorecida, ganha condições para aumentar a eficiência da sua exploração. A introdução sempre e gradualmente do cálculo econômico na produção significa melhor condição para o produtor e a sua família.

Dilma Rousseff

Não acredito que fundir o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento seja a solução para os desafios que teremos de enfrentar no futuro. Hoje, o Estado moderno exige uma ação ao mesmo tempo específica e transversal para a maioria das áreas, e não o oposto. Defendo que muitos dos avanços alcançados pela agricultura familiar nos últimos anos, como o crédito, a assistência técnica, o seguro de produção e preços,

AÇÃO ESPECÍFICA E TRANSVERSAL

aconteceram exatamente porque foram organizados por um ministério específico. Os mesmos avanços aconteceram para o setor pesqueiro e de aquicultura, com a criação recente do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Concordo que teremos de enfrentar cotidianamente o desafio de integrar as diversas ações, mesmo que não estejam sob o comando de uma única pasta. É o caso das pesquisas da Embrapa, que deve desenvolver tecnologia para todos os agentes econômicos. Queremos aumentar a produtividade no campo e gerar mais alimentos de forma mais sustentável, e isso, sem dúvida, vale para todos.

Para encerrar, agradeço esta oportunidade aberta pela Abag e reafirmo: este governo criou efetivas parcerias com setores produtivos. Continuaremos seguindo este caminho,



pois tenho a mais absoluta convicção que um país mais forte se faz com a união de todos. O agronegócio, em especial, é um setor fundamental para conquistarmos duas grandes metas nos próximos anos: erradicar a miséria e transformar o Brasil na quinta maior economia do mundo. Conto com vocês para vencermos mais este desafio, e vocês podem contar comigo.

Marina Silva

Existem algumas reivindicações antigas e importantes para o setor. Quando assumi o Ministério do Meio Ambiente, uma das primeiras questões com as quais me deparei foi com esta questão: a saída da silvicultura brasileira do Ministério do Meio Ambiente para ir para o Ministério da Agricultura, para que as florestas plantadas fossem tratadas como agricultura e não como floresta. Obviamente, há uma compreensão e toda

AÇÃO INTEGRADA SEM DESTRUIR O KNOW-HOW

uma formulação por trás da proposta aqui colocada. A minha percepção é de que um determinado ponto focal não impede um trabalho integrado e coordenado para integrar as políticas, inclusive para que aquilo acumulado em cada setor de forma específica seja compartilhado, de modo a favorecer os diferentes setores. Então, defendo uma ação integrada, mas sem desconstruir o know-how e a competência, inclusive do ponto de vista da gestão, acumulada de forma específica para cada segmento. O meu compromisso é criar mecanismos de integração de políticas, com a manutenção da especificidade de cada setor, até como uma vantagem para a formulação e a elaboração de políticas. Afinal, se todos ficarem diluídos dentro de um mesmo segmento, não tenho a segurança de que favorecerá no sentido de melhorar e aperfeiçoar os processos.



PERSPECTIVAS PARA O CENÁRIO 2011

Moderador: Joelmir Beting – Jornalista

Debatedores: Horácio Lafer Piva – Presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa)

João Paulo Koslovski – Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar)

Luiz Antonio Fayet – Consultor para Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Paulo Rabello de Castro – Sócio-diretor da RC Consultores Associados

Renato Buranello – Sócio da Buranello & Passos Advogados

É PRECISO ACORDAR PARA O PROJETO CHINA

Joelmir Beting

Na sabatina que a Abag passou aos candidatos, sobre políticas públicas para o agronegócio no próximo governo, deu para perceber a ausência de programas para a reforma agrícola no Brasil. Também não vimos para uma política industrial, digna do nome, que guarda relação com a própria agropecuária do País. Não há esboço de um padrão de financiamento para influir na questão cambial. Uma repensada cambial, necessariamente gradual, para dois e três anos. Como estabelece o preço relativo de todos os preços do universo econômico, se o mercado cambial fica tipo Bolsa, necessariamente volátil, a sua taxa real de equilíbrio irá para o espaço. O real é a moeda mais valorizada do mundo frente ao dólar, pós-crise, enquanto o yuan é o mais desvalorizado, porque também já estava assim antes. Em relação ao dólar, o real estaria 38% acima e o yuan, 54% abaixo. Isso oferece à China um *dumping* cambial fantástico no Brasil e no mundo.

Deu para perceber a ausência de projetos do pilar das institucionalidades, com uma reforma administrativa dos ministérios ou órgãos públicos que circundam no rodapé do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Os candidatos enfatizaram o papel do Brasil como agente de segurança alimentar, energética e ambiental do mundo lá para os anos 30. É tempo suficiente para a China se espalhar de vez. Faltou lembrar o maior constrangimento da China hoje, com um excedente econômico acima de US\$ 2 trilhões, de fazer e comprar tudo que bem entender. Ela produz um fenômeno ainda não registrado na literatura econômica: inflaciona tudo que importa e deflaciona tudo que exporta.

Mas o grande constrangimento está exatamente num fator inocente chamado água. A água do PIB de 2010 é a mesma água do PIB de 1998. Esse cálculo já foi feito. Então, como seria a água da China no PIB 2020? Ela já tomou uma decisão dramática de dar prioridade na água à cidade e não mais ao campo. Na cidade há família, empresa e o serviço. O que ocorreu ali: um processo de irrigação agrícola de propriedade familiar, inaugurada após Mao, de baixa qualidade e larga margem de desperdício. Aí veio a urbanização caótica, atraída por uma industrialização selvagem. A urbanização e a industrialização consumindo água. Chegou o efeito renda aumentando o consumo *per capita* da água e poluindo, como nunca, a água. Então, a China, sem capacidade para comprar e fazer água, terá de transferir para fora dela, principalmente, a sua segurança alimentar. E ela está de olho gordo na África e, sobretudo, no Brasil, até porque, estrategicamente, é o espaço nacional único sob uma só bandeira e um só interlocutor. Se não dá para montar um programa com o Brasil, na África

vai montar um programa com quem? É coisa para a segunda metade, talvez, deste século.

A China elege o Brasil como o seu grande parceiro: em 2030, a maior panela do mundo literalmente refém da melhor e mais barata comida do mundo. Ela chega, inicialmente, para a compra direta junto às cooperativas, sobretudo daqui, da região Sul e do Centro-Oeste. Em seguida, virá com as fábricas. O embaixador me disse recentemente: “No futuro, não queremos mais exportar água, bagaço e casca para a China. Queremos processar os alimentos aqui, em embalagens refinadas com marcas globais da China, para ela e o mundo”. E, depois, numa terceira fase, inclui desde logo também a compra de terras, como já está acontecendo, e trará para cá também aquilo que nunca lhe faltou, os chineses. Para ela isto é um projeto de país, de poder, até porque o Brasil, do ponto de vista também geopolítico, é confortável. Diria até que é *light*. Coisa que ela não poderia, por exemplo, é colocar a sua segurança alimentar na Europa, nos Estados Unidos ou no entorno Asiático, hostil e igualmente desfalcado.

É preciso o Brasil acordar no próximo governo para o Projeto China. Ainda não fomos avisados disso. O Roberto Rodrigues nos alerta frequentemente dessa aliança Brasil-China. Apesar de ainda não selada, ela se realizará como uma lei da natureza, como água de morro abaixo e fogo de morro acima; ninguém segura nem aquilo e nem a China.

Agora, os candidatos também fizeram referência. A candidata Dilma está realmente comprometida com tudo que se fez de bom e de ruim no governo Lula. É o continuísmo declarado. Ela ainda não sabe como fazer a coisa certa e ao que parece, no agronegócio, ainda não sabe como se faz a coisa errada. Já o Serra, se ainda não sabe como fazer a coisa certa, já sabe como se faz a coisa errada. É um bom começo e uma boa promessa, sobretudo na questão, por exemplo, do câmbio e dos juros. Ele vai, como presidente da República, funcionar como ministro da Fazenda e presidente do Banco Central. É até o estilo dele. Agora, ele também já deixa passar e deixou passar aqui que para afrouxar a política monetária de que o Brasil precisa é necessário endurecer a política fiscal, naquela ligação de juros com gastos e não com preços, com a rolagem de dívida pública e não com a variação de IPCA privado.

Agora, para completar, na infraestrutura. Tivemos várias manifestações a respeito de um gigantesco canteiro de obras, com PAC ou sem PAC, que seria lançado já no próximo governo. De que maneira? Não sabemos, porque se tratam aí também de metas sem meios. Ainda não há os marcos regulatórios adequados. Vivendo onde não basta mais discutir a qualidade do marco regulatório de qualquer coisa, mas, sim, com a existência ou não de segurança jurídica do contrato dentro de cada marco regulatório. Então, para o lançamento do grande canteiro de obras, ainda estamos na estaca zero, dentro do apagão regulatório. O governo Lula está, desde 2003, tentando regular as reguladoras, que ele entende como patrimônio do governo e não como patrimônio da sociedade ou do Estado brasileiro.

Joelmir Beting O que se pode fazer ou o que se poderia fazer com o câmbio num governo já para o cenário 2011?

LEVAR A AGRICULTURA A UM PADRÃO DE PLATAFORMA GLOBAL

Paulo Rabello de Castro

Pontual é câmbio, que é tudo. A agricultura brasileira, nesses últimos 30 anos, pelo menos da observação que fazemos diretamente, desde o lançamento de uma agenda para o amanhã, em janeiro de 1979, pode servir para uma homenagem preliminar a um homenageado muito bem escolhido deste CBA, Flávio Páscoa Teles de Menezes. Lá estava ele, junto com o Ney Bittencourt de Araújo, Pedro Brito, Renato Ticoulat e muitos outros. Um grupo, capitaneado pelo Karlos Rischbieter, recém-saído do Banco do Brasil e assumindo o Ministério da Fazenda, com a pretensão de fazer uma revolução nas políticas agrícolas. Faço essa reminiscência para homenagear a permanência e a fiança do nosso querido Flávio. Na agricultura é muito doloroso ficar esse tempo todo e não ver as coisas de fato acontecerem. E, para concordar com o Joelmir, vamos continuar ficando, porque de fato, ainda, à exceção honrosa talvez do Serra, rareia o entendimento mais profundo do fenômeno agrícola no Brasil. Essa dificuldade de fazer o corpo político brasileiro entender do que se trata o trabalho do agronegócio, com suas bases lá de 1979. Erros consistentes e persistentes dos chamados grandes preços: juro e câmbio. Naquele momento havia a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e o Conselho Interministerial de Preços (CIP). Era a crença de controlar preços. Chegamos, inclusive, ao controle geral de preços e salários, nos chamados planos heterodoxos. Tudo isso machucou bastante o agronegócio. Estamos onde estamos não por um programa consistente de políticas agrícolas, mas pela insistente rolagem das dívidas agrícolas, que não podem permanecer assim.

Devemos exigir dos candidatos para trabalhar o agronegócio brasileiro como uma plataforma global. Caso contrário, continuaremos os caipiras, com grande dificuldade para chegar até o porto mais próximo, exportando produto e importando insumos com o preço errado. Isso é simples ou é complicado? A resposta está no fato de termos o custo financeiro mais elevado do mundo. Nisso, o candidato Serra foi enfático e correto, ao afirmar que o câmbio está errado. A nossa taxa de juros é miseravelmente errada há décadas. Há interessados na permanência desse processo. É preciso controlar o gasto corrente e abrir espaço para investimento, para falarmos da plataforma global do agronegócio, tratar do conjunto de pilares bem listados na programação da Abag.



Isso transformará o bando de caipiras em produtores globais para enfrentarem a China. O resto, sobre os quais a Abag, com a sua força política, deveria insistir, chamaria de três “Rs”: a renda, o risco e a razão, o capital próprio e de terceiros.

O câmbio penaliza o primeiro “R”, permanentemente. Só não estamos em situação parecida com a do Grito do Ipiranga por causa do afrouxamento monetário extraordinário lá de fora. Trilhões buscam o mercado de *commodities*, e, em plena recessão global, os chineses pagam mais caro pela comida. Tenho alertado para não confiarmos em preços elevados. Custos baixos e tecnologias são estratégicos para o agronegócio. A plataforma global significa grandes números e proporções, deslocados com eficiência até o porto do consumidor final, com preço quase arrastado, no fundo do tacho. Temos a situação completamente invertida que, por acaso, sustenta momentaneamente a renda do produtor. Não podemos ter política agrícola baseada nessa quase renda excepcional. Precisamos é do benefício de um câmbio justo. Dar tratamento de risco à agricultura, com novos instrumentos, como aqueles criados pelo ministro Roberto Rodrigues e o Ivan Wedekin na Secretaria de Política Agrícola.

Para levar a agricultura brasileira a um padrão de plataforma global, terá de encerrar as rolagens de endividamento. A agricultura deveria ter a maioria de começar a pensar a saída desse processo crônico de ir, frequentemente, ao Congresso Nacional para pedir, pela enésima vez, a enésima rolagem. Dar uma vassourada nessa dívida pactuada e repactuada para ter de fato rentabilidade, crédito privado, espaço no longo prazo e coordenação com os chineses.

Poderemos ter uma excelente relação comercial com a China, mas jamais teremos aliança política. Eles estão exatamente do lado oposto dos interesses brasileiros, assim como o Japão estaria do lado de uma aliança. Na aliança, a pessoa fica noiva e casa. Com os chineses, estamos comprando e vendendo. É um relacionamento muito precarizado, sem

estratégia nenhuma. A primeira é, por exemplo, não ter o financiamento chinês para o longo prazo das ferrovias, que já estaria um problema vencido. Se eles querem comprar terras, antes têm de traçar o trajeto, com custos razoáveis. O mundo ocidental devia realmente pensar neste momento de crise extraordinária, em que os Estados Unidos e a Europa estão em posição extremamente fragilizada. O Brasil tem de assumir o seu papel como um coringa verdadeiro nesse pequeno espaço da provisão do alimento e da energia, para se estabelecer como esteio desse mundo baseado na democracia política, na liberdade de mercado e na valorização do homem.

Joelmir Beting - Brasil e China 2030 fazem parte de um processo, como a lei da natureza, que desencadeará, lá na frente, a China como refém do agronegócio brasileiro, participando diretamente do agronegócio brasileiro. Agora, eles têm um projeto, e nós não temos.

Nesse sentido, a questão da infraestrutura e a de logística, um dos pilares da Abag, como ficam diante do novo governo?

SE NÃO RESOLVERMOS A QUESTÃO DA INFRAESTRUTURA, NÃO SAIREMOS DO LUGAR

Luiz Antonio Fayet



Achei excepcional e prática a modelagem feita para esse debate. Primeiro, assinamos o documento da Abag. Fizemos um trabalho semelhante na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O agronegócio brasileiro tem uma grande contradição: temos a natureza favorável, praticamos níveis tecnológicos de primeiro time mundial, com empreendedores da melhor qualidade e preços altamente favoráveis no mercado. Paralelamente, temos endividamento e pobreza no campo. Essa contradição precisa ser atacada pelo futuro presidente da República.

Segundo, os números lançados merecem análise quantitativa. O mercado internacional não é homogêneo. A mensagem da Abag é clara no fato de o problema estar da porteira para fora, que na CNA classificamos na seguinte ordem: instabilidade jurídico-institucional, tributação e logística. Esse é o trinômio da morte contra quem quer produzir.

Terceiro, registrar que essa transformação foi feita por uma sucessão de governos. Há quarenta anos, o Brasil era importador de alimentos. Hoje, é exportador e o segundo maior fornecedor de produtos do agronegócio no mercado internacional de exportações. Em dez anos, seremos o maior fornecedor.

Se o foco é renda, conseguiremos resolver, com base nos mecanismos de câmbio e crédito, dentro das limitações que existem. Teremos de trabalhar na chamada competitividade sistêmica, esvaidora da renda de quem produz no setor rural e em outros setores. Daí, o nosso processo acelerado de desindustrialização. Não é problema particular do agronegócio brasileiro. O produtor rural gasta, para tirar de Mato Grosso e levar ao porto, 50% do valor do produto. Se não resolvermos as questões de infraestrutura, não sairemos do lugar. O apagão portuário decretado à sociedade brasileira pelo Decreto 6.620, agora em 2008, inviabilizou a expansão dos terminais privados para atender à demanda nacional. Os especialistas avaliam para dez anos investimentos na ordem de US\$ 40 bilhões, mas o PAC não tem US\$ 2 bilhões. Esse dinheiro terá de ser mobilizado. Terminal portuário, com todos os seus trâmites e as dificuldades naturais, financeiras e de construção, absorve sete anos de investimento. O Brasil está condenado a reduzir o seu desenvolvimento econômico por este processo deflagrado.

É grande a descoordenação reinante entre as autoridades federais quanto à infraestrutura. Estamos perto de inaugurar as eclusas de Tucuruí. Isso permitirá o comboio da soja chegar ao sistema portuário de Belém, no Estado do Pará. Mas como passar a carga para o navio oceânico?

Joelmir Beting Por que não temos condições de inaugurar dramaticamente as Parcerias Público-Privadas, na área federal, que já funcionam em alguns Estados e com sucesso?



NÃO SABEMOS COMO AS OBRAS ESTÃO

Renato Buranello

Quando falamos de governança e segurança jurídica, falta também comunicação entre elas. Na parte da produção há um afastamento grande da “pejotação”, a transformação do pequeno produtor em pequena empresa, para ligá-lo à agroindústria através dos contratos de integração. Isso trará ganho de eficiência e diminuição do risco para a produção e a comercialização. Temos alternativas com o novo Código Civil, a Lei de Recuperação de Empresa e os tipos contratuais adequados. Não conseguimos, porém, aplicá-los de maneira correta como deveriam ser.

Na parte de financiamento e comercialização, através do Sistema Privado de Financiamento do Agronegócio, chegamos a R\$ 202 bilhões. Mas quanto de fato vai para a cadeia agroindustrial propriamente dita, como é o caso das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), com R\$ 190 bilhões? Enfim, precisamos encontrar o equilíbrio devido para essa questão.

Na parte de comercialização, foi criado o sistema de armazenagem de produtos agropecuários, mas ainda de forma pouco eficiente. Por exemplo, faltam pessoas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para testemunhar e certificar os armazéns necessários à emissão dos papéis.

Falamos de risco de gestão e do seguro rural. Agora, tivemos a aprovação dos primeiros termos do Fundo Catástrofe. Fica a pergunta. As coisas ganharam efetividade ou ficarão em diploma legal?

Na parte de sustentabilidade, o Código Florestal e o Ambiental. Temos o Zoneamento Ecológico Econômico,

algo sensacional, mas pouco aplicado. Se aplicássemos o que está aqui, teríamos um excelente resultado. O economista diz: “Para entender o lado real da economia, o crédito é a variável central”. Quando se pensou no PAC, e, na verdade, nas Parcerias Público-Privadas, de fato, faltou a ligação essencial em ter maior transparência à estrutura e ao sistema das parcerias para dar segurança ao mercado financeiro. Temos o PAC no papel, mas não sabemos como as obras estão.

Joelmir Beting – Na questão da certificação de sustentabilidade, qual o pilar que trata deste assunto especificamente?

O BRASIL ACERTOU NO DESAFIO DA INSERÇÃO COMPETITIVA

Horácio Lafer Piva

Sempre digo que a recorrência da vida brasileira é a dinâmica do curto prazo. Ficamos perdidos. Estamos no limiar de uma eleição, mas talvez devêssemos desenhar um pouco mais o que queremos no futuro.

Com as megatendências recentemente definidas como as oportunidades para o mundo, olho o Brasil muito bem encaixado nelas todas. Na questão da ciência e tecnologia, o que fazemos aqui no Brasil com etanol, sementes, florestas, entre outros, é sensacional. Recursos naturais e meio ambiente: a condição é extraordinária. Na globalização, o Brasil acertou no desafio da inserção competitiva. Obviamente, na governança corporativa, o país que lida tão bem com a diversidade pode fazer isso melhor do que ninguém.

Estamos num país retardatário da competitividade, precisamos discutir como andar rápido e escolher certo. Isso não se apresenta quando os candidatos falam. No fundo, as colocações são bem superficiais.

O Brasil entrou no século XXI num processo derivado de quatro vetores importantes: globalização, abertura, estabilidade e privatização. Para isso, precisávamos aprofundar as questões da infraestrutura, da competição justa e do crescimento.

O Serra mostrou o seu conceito de planejador com muita consistência, densidade. A Dilma é uma reaplicação. E a Marina um novo *pero no mucho*. Não obstante, a Marina eleva a régua desse debate e cria um vetor de equilíbrio importante.

Na questão sistêmica, o Brasil precisa começar. A vantagem comparativa é sempre boa, mas é a competitiva



às vezes escapa uma coisa aqui e ali. Tratar a exceção como regra é um negócio muito complicado. Fico confortável do ponto de vista desse novo momento de conscientização com o tema da sustentabilidade. Estamos bastante iguais nessa questão. Se não de práticas, certamente de consciência. E se há consciência, a prática virá.

Joelmir Beting - No rodapé da discussão desde os anos 50, de uma reforma agrária no padrão da América rural do século XVIII, a discussão de encontrar na agricultura familiar *versus* agricultura empresarial, como sendo entidades excludentes ou alternativas quando, na verdade, elas são complementares e aditivas. Do ponto de vista do cooperativismo brasileiro, há alguma luz no fim do túnel?

que sustentará o crescimento do País. É um pouco o que fazemos nas nossas florestas. Somos um dos países mais poluidores do mundo na questão de papel e celulose. Fazemos e aprendemos isso um pouco pela pressão da sociedade e pela consciência própria. Tiramos do ponto de vista de desenvolvimento de produtividade de florestas um índice muito baixo. Mas, nos últimos quarenta anos, além de descobrir o eucalipto e se tornar o primeiro país, enfim, em fibra curta do mundo, desenvolvemos tecnologia de sustentabilidade, que nos faz mais respeitados. Apesar de as florestas se tornarem cada vez menos competitivas no mundo, porque levam 20 anos para crescer, quando levamos sete, temos uma tecnologia embarcada, seja na floresta e na máquina de papel e de celulose, *pari passu* com qualquer lugar do mundo.

Não há muito a ensinar para o setor do agro. Estamos fazendo as coisas certas. Na cana, com suas potencialidades,

NA AGRICULTURA, PLANTAMOS, MAS NÃO SABEMOS O TAMANHO DA SAFRA

João Paulo Koslovski

O cooperativismo faz a reforma agrária pela sua natureza. A estrutura fundiária dos cooperados, na média, não passa de 50 hectares. O cooperativismo tem se beneficiado muito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Temos algumas regiões do País, especial-



mente no Sul e no Nordeste, onde praticamente todos os agricultores são contemplados.

Infelizmente, surgiram dois ministérios. Isso nunca é bom, porque sempre há competição e resquílios que prejudicam o desenvolvimento do setor. Mas houve um avanço muito grande em relação a financiar, efetivamente, o pequeno agricultor. Temos de reconhecer isso. Alguns mecanismos que vieram à agricultura familiar em termos de seguro. Deveríamos trabalhar para a implementação em toda agricultura do País.

Dentro dessa proposta que apresentamos, resolvemos duas questões que são a espada na cabeça do nosso agricultor. A primeira é de uma política de renda no País para a agricultura. Um dia teremos governantes para reconhecer a importância e o diferencial da agricultura para a economia nacional. Na indústria, quando pego uma barra de aço para fazer um produto, tenho absoluta certeza da quantidade que terei de produto. Na agricultura, não. Eu planto, mas não sei o tamanho da safra.

Trabalhamos este ano com custo menor em relação à agricultura, de 10%. Quando colocamos o produto à venda, perdemos de junho de 2009 a junho de 2010, na soja, 29%; no milho, 19% e no trigo, 18%. É fruto de câmbio, da queda de preço das *commodities* a nível internacional e de outros fatores.

Na tributação, a soja *in natura* pagou 13,7% de impostos, dos quais 80% são tributos federais. No milho, 10,9% e no trigo, 11,6%. Quando os produtos vão para a indústria, a tributação acumula 30%. O seguro rural cobre 6,6 milhões de hectares, de um total de 47 milhões de plantio. Esse precisa chegar a todos os produtores.

O Fundo Catástrofe, recém-aprovado, será um grande instrumento, pois dará segurança maior às seguradoras e resseguradoras. O Proagro, apenas 30% dos produtores têm

acesso, só cobre financiamento. Os recursos próprios do agricultor ficam fora. Podemos também implementar um prêmio de suporte de preço, como renda mínima.

Precisamos reformular a política de crédito. Os recursos não oficiais encarecem a operação. Na proposta da Abag, consta buscar novas formas de financiamento. Uma delas cresce de uma forma fantástica: as cooperativas de crédito possuem R\$ 50 bilhões de ativos e aplicaram na safra 2008/09 R\$ 25 bilhões no setor produtivo. O problema é o baixo patrimônio líquido. Países desenvolvidos fizeram um programa de capitalização, e o cooperativismo de crédito cresceu muito.

A segunda questão está em resolver o problema do passivo da agricultura. Podemos estabelecer um percentual em torno de 5% da receita do produtor para pagar esse passivo. O governo fica preocupado: como prorrogar esses bilhões? Nem todos precisam ser prorrogados. Aqueles que tiverem condições de pagar poderiam ter um bônus. Se nós alongarmos as dívidas e resolvermos o problema de garantia de renda, temos um caminho bastante promissor.

DEIXA A HUMANIDADE REALIZAR PRODUTOS E SERVIÇOS CADA VEZ MELHORES

Joelmir Beting

Pero Vaz de Caminha escreveu que nessa terra dadivosa e fértil, em se plantando, tudo dá. A gente se esquece da vírgula. Nessa terra dadivosa e fértil, em se plantando, tudo dá, vírgula, pela qualidade da água e terra. O grito está aí. E o Brasil tem as duas: a terra e a água.

Na questão da sustentabilidade, o mundo será salvo pelas empresas e não pelos governos. Salvo pelos cientistas, engenheiros, investidores e até pelos consumidores, como já ocorre nessa economia de baixo carbono. Ou foi fixada alguma meta para que o automóvel médio de hoje consumisse apenas 43% do que consumia lá em 1980? Cada *iBook* emite, na produção da unidade, 22 vezes mais carbono do que a produção de um livro de papel e tinta, mas substitui 52 mil livros de papel. O *iBook*, este ano, com a projeção de 27 milhões de unidades vendidas, poupará o monóxido de carbono (CO²) em 74 milhões de automóveis. Isso estava em alguma meta em Copenhague e aparecerá lá no México? Então, deixa a humanidade realizar produtos e serviços, cada vez melhores, a custos e preços cada vez menores, para a salvação do planeta.

Se vivemos na economia do conhecimento, ainda não vivemos na sociedade da sabedoria. A sabedoria é simplesmente o conhecimento temperado pelo juízo que ainda não temos. A agricultura brasileira, em 20 anos, cresceu na mesma área sete unidades. Isso não é sustentabilidade?



Joelmir Beting – O Japão poderia ser na base do acordo bilateral com o Brasil parceiro melhor do que a China?

A GENTE CASA COM QUEM NOS COMPLEMENTA

Paulo Rabello de Castro

A estratégia chinesa vai além disso. Eles têm uma visão para a qual nós podíamos fazer pelo menos um pedaço de mímica. E para não contar uma história longa, de um modo curto pegaremos as estatísticas que originaram os BRICs, onde estamos (Brasil, Rússia, China e Índia). Os pesquisadores da Goldman Sachs, que realizaram aquele estudo, identificaram essa condição especial dos BRICs, uma projeção baseada em população, produtividade, capacidade de acumulação de capital, com um pouco da *performance* passada etc.

Pegando essa base de dados de 2003, observaremos que viramos pigmeus em 2050. Chegaremos com o PIB em cerca de US\$ 6 trilhões, contra mais de US\$ 40 trilhões da China. Os Estados Unidos ainda teriam cerca de US\$ 40 trilhões, e perto disso a Índia. Precisamos fazer melhor do que isso. A década 2011 a 2020 é crítica para esse processo. A diferença nos traz para análise das alianças estratégicas no mundo. Nem os chineses nos escolherão, nem nós devemos escolhê-los. São dois competidores ferrenhos. Somos o pequeno com o desejo de ser médio, mas eles já estão destinados a ser grandes. Temos de olhar outros lados no processo.

O Brasil pode e deve expandir alianças aqui na América do Sul mesmo e, para além disso, na África. Não utilizamos parceiros europeus para aumentar esse processo de extroversão. Na Ásia, óbvio, do ponto de vista de complementaridade de poder financeiro. Com o seu poder tecnológico, os japoneses utilizam o mesmo poder energético para produzir 50% a mais, com estabilidade de consumo energético. Como economista, digo que a gente casa com quem nos complementa, não com os nossos fatores concorrentes. A questão ainda ferverá do ponto de vista estratégico militar. E os Estados Unidos não estarão em posição daqui alguns anos para oferecer ao Japão o guarda-chuva necessário de proteção militar. Se tivéssemos um pouco mais de poderio energético alimentar utilizado em termos políticos estratégicos, estaríamos em condição de falar mais grosso, de fato. E, nesse momento, estaríamos indo para um PIB de US\$ 9 trilhões. Tudo isso será decidido no dia 3 de outubro de 2010, quando colocaremos o inquilino no poder que deveria ter uma visão estratégica dessas coisas.

Joelmir Beting – Por que não dar à cesta básica de alimentos tratamento tributário diferenciado e favorecido?

QUANDO FICAMOS PERMANENTEMENTE EM BRASÍLIA, AS COISAS PODEM ACONTECER

João Paulo Koslovski

Essa discussão é de longa data. Trabalhamos com o governo federal em relação à isenção da tributação da cesta básica há quatro anos. Houve alguns avanços, como a retirada de algum tributo da cesta básica. A preocupação é grande, porque temos uma tributação excessiva em cima da alimentação básica. Alguns Estados concedem tratamento bastante bom. O próprio Estado de São Paulo está praticamente zerado em relação à tributação. Agora, os tributos federais (PIS, Cofins etc.) pesam sobre o produto. Haverá um momento, no próximo governo, para trabalharmos essas questões de uma melhor maneira.

A proposta da Abag está sendo abraçada por uma série de entidades que participaram desse processo. Fiz até uma sugestão na nossa primeira reunião, no sentido de criarmos uma Comissão Executiva permanente em Brasília, com profissionais de alto gabarito para viabilizarem cada uma dessas propostas. A experiência demonstra que, quando ficamos permanentemente em Brasília, junto ao Congresso Nacional e ao Executivo, as coisas podem acontecer.



Em relação à tributação na proposta da Abag, é uma forma de acompanhar efetivamente e buscar a sua viabilização.

Quanto à questão do Código Florestal, a nossa proposta é o Código Ambiental. Uma cidade, como Curitiba, tem 1,1 milhão de veículos e joga todos os dias, no Rio Iguaçu, 48% dos esgotos. Uma fotografia do Rio Iguaçu, na sua nascente, em Piraquara, mostra tudo preservado. Depois, passa por dentro de Curitiba e recebe os detritos. Quinze quilômetros adiante, uma bela mata ciliar reaparece, mas com fogões, geladeiras, camas e todo tipo de lixo. É um absurdo o que se vê.

Colocar 20% de Reserva Legal na propriedade, onde o produtor perderá renda, enquanto faz o melhor trabalho ambiental: conserva a mata ciliar, recolhe embalagem e pratica o plantio direto, dentre outros. É um preservador por natureza. Devemos ter, efetivamente, uma legislação que contemple toda a comunidade e não apenas o agricultor. Essa é a proposta do Sistema OCB entregue aos parlamentares.

A QUESTÃO DO CÓDIGO FLORESTAL PRECISA OLHAR O TODO

Renato Buranello

De fato, até como forma de política legislativa, a questão do Código Florestal precisa olhar o todo, com o envolvimento dos três tipos de meio ambiente: natural, artificial

e o trabalho. Em algum momento haverá contraposição. Isso é ótimo para parecer de advogados, mas não é bom na parte institucional. Acho que a celeridade necessária agora do florestal pode, amanhã, se contrapor até a uma política nacional de meio ambiente de forma ampla e geral.

EXPLOÇÃO DOS TRÓPICOS

Joelmir Beting

A hidrelétrica Belo Monte, na alça de Altamira, no Xingu; a cidade tem 110 mil habitantes, com um déficit de saneamento no esgoto coletado de 85%.

Gosto de contar uma história para os meus filhos e netos, sobretudo para estudantes com quem contatamos ao longo da carreira. Em 1970, a *Folha de S. Paulo* me despachou para Nova York para uma entrevista exclusiva com um futurólogo americano, brilhante e redondo como bola de cristal, Herman Kahn. Ele havia publicado um livro chamado *2000*. Na verdade, um primeiro grande estudo de economia comparada, financiado por algumas fundações americanas. O Brasil ficava na rabeira do mundo no ano 2000. No regime militar do Brasil potência, aquilo causou um grande reboliço. Para a entrevista, consegui 20 minutos no gabinete dele, em Nova York. A conversa acabou tendo quase duas horas.

A mensagem que me sobrou até hoje é a seguinte: o Brasil está na rabeira do mundo lá no ano 2000, porque, basicamente, só aparece nos gráficos, sem nenhuma nota de rodapé. Então, ele explicou: “o Brasil é um país tropical, quente e úmido. Endereço da praga, doença, miséria e preguiça. A civilização humana fugiu dos trópicos para fazer-se grande e poderosa nas zonas temperadas e até frias, ao Norte e também ao Sul”. Agora estamos na crista de uma explosão das ciências da computação, que desencadeará nas próximas duas décadas uma explosão. Primeiro, nas tecnologias de informação. Segundo, nas ciências da vida (engenharia genética). Nunca tinha ouvido falar em biotecnologia, genoma, transgenia. Isso significa que, a partir do ano 2000, o trópico quente e úmido estará blindado pela bioquímica moderna dos defensivos agrícolas. Na biotecnologia o trópico terá condição, em tempo real, de fazer a multiplicação bíblica do pão, queijo e vinho. No século XXI, o trópico quente e úmido será a maior potência agrícola do planeta. Quando, já no elevador, ele me colocou a mão no ombro e matou a charada. Aí que a ficha caiu. Falou: “Meu jovem, um dia você dirá aos seus filhos e netos: a civilização humana fugiu do Sol e ao Sol há de voltar, de onde nunca deveria ter saído. E vocês têm o Sol. Entendeu agora?” Entendi, professor. Nós somos o Sol. Muito obrigado.



LÁUREA NORMAN BORLAUG



Recentemente, a Diretoria da Abag autorizou a escolha, a cada ano, de uma personalidade ilustre da área técnica, da pesquisa, do ensino e da extensão do agronegócio, para ser homenageada no CBA.

Essa iniciativa foi analisada como oportuna e justificável. É uma maneira de ilustrar a qualidade técnica da agricultura nacional. Mostrar a excelência dos nossos processos produtivos, graças aos esforços e ao idealismo de pessoas dedicadas aos nobres princípios da ciência e pesquisa.

Em outras palavras, fazer uma réplica da homenagem que realizamos desde 2004, com muito boa reputação para a Personalidade do Agronegócio. Tudo isso faz parte do guarda-chuva coberto pela missão da entidade, de valorizar a imagem do setor.

Como nome para essa homenagem, pensamos imediatamente no engenheiro agrônomo Norman Borlaug, que faleceu em 9 de setembro de 2009. Foi grande líder da revolução verde de meados do século passado, Prêmio Nobel da Paz e admirador incontestado da agricultura tropical praticada, em particular, na região do Cerrado, no Centro-Oeste brasileiro.

Precisávamos, então, buscar a autorização da família do dr. Borlaug. Entramos em contato com esse admirável brasileiro que é o dr. Fernando Penteadro Cardoso, já laureado com o Prêmio Personalidade do Agronegócio.

O dr. Cardoso teve uma convivência muito próxima com o dr. Borlaug. Eles compartilhavam uma visão muito próxima sobre as potencialidades da agropecuária brasileira. Visitaram juntos, em diversas ocasiões, as lavouras do interior brasileiro.

A resposta obtida da família do dr. Borlaug foi de consentimento para o uso do seu nome para essa homenagem da Abag, que já nasce com a chancela da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo, e da Fundação Agrisus - Agricultura Sustentável.

Vamos acatar a recomendação do dr. Pedro Arraes, presidente da Embrapa, para agregar outras entidades a esse projeto. Ao dr. Fernando, os nossos sinceros agradecimentos pela generosidade prestada, junto com o professor Roque Dechen, Diretor da Esalq, que acompanhou desde o início a evolução desse processo. No próximo CBA, celebraremos a primeira homenagem.



PERSONALIDADE DO AGRONEGÓCIO 2010

Flávio Páscoa Teles de Menezes

Aluno da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Flávio formou-se na turma de 68. Esteve à frente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), por dois mandatos.

Assistiu à explosão de consumo do Plano Cruzado, em 1986, quando mostrou à sociedade brasileira a falta de culpa do pecuarista pelo aumento no preço do boi. A estiagem afetou a oferta do boi na entressafra, no entanto, na sua segunda gestão à frente da Rural, durante a Assembleia Nacional Constituinte e os debates da Reforma Fundiária, escreveu seu nome no cenário agropecuário brasileiro.

Incansável na defesa da produção e da propriedade rural, foi responsável pela inclusão, em nossa Constituição, do artigo que torna insusceptível de desapropriação toda e qualquer propriedade produtiva.

Alysson Paolinelli

Foi exatamente nos momentos mais difíceis que tivemos a oportunidade de conhecer a sua personalidade. Esse companheiro leal entendeu a necessidade de somar as poucas forças, para evitar um desastre na chamada Constituição Brasileira. Ela nasceu sobre a égide de uma revolta, mas um país, para ser permanente, não pode ser estruturado nessa base. Isso, eu aprendi com o Flávio.

Fui seu companheiro, às vezes até seu instrumento, porque era oficialmente um constituinte. Assinava aquilo que tentávamos, nas discussões com nossos amigos, pelo menos reduzir a catástrofe. Provavelmente, a sua frequência no Congresso superou a de muitos dos constituintes que ali estavam. A Constituição Brasileira, se não foi a ideal, pelo menos trouxe a base para fazer-se uma democracia.

FLÁVIO ENSINOU AS DUAS NUANCES DA LEI: O TEXTO E O ESPÍRITO

Com a minha profissão de agrônomo, tinha dificuldade em entender. Flávio ensinou as duas nuances da Lei: o texto e o espírito. Vários companheiros lhe ouviam tanto quanto eu. Exercer um papel moderador trouxe ao País certa tranquilidade.

Como representante da área privada, o seu nome era respeitado pelas instituições. E como isso pesou. Alguns adversários, quando sabiam da sua participação, pelo menos admitiam estudar os conceitos que preconizava.

Em momentos difíceis, pagou pelas ideias defendidas. Mas galhardamente ele se colocou diante deste problema, acima dele e ganhou o respeito necessário. Esta é a principal razão pela qual lhe homenageamos. A sua liderança, o seu conceito, a sua competência e vontade nos ensinaram muito.

Roberto Rodrigues

A Abag, quando escolhe o homenageado, considera o conjunto da obra. Não é o trabalho de um ou dois anos. O Alysson colocou muito bem isso. Como um empreendedor rural brasileiro, Flávio enfrentou momento complicadíssimo. Como advogado, estabeleceu um padrão para todos: a defesa do Estado de Direito. Diante de qualquer diversidade, foi a fonte de iluminação dos nossos caminhos o tempo inteiro.

A ANC tomou posse no dia 1º de fevereiro de 1987. Alysson tinha sido eleito constituinte. Na segunda-feira, dia 2 de fevereiro, não houve a abertura da Assembleia. Enquanto se discutia quem ia fazer o quê, a Assembleia ficou fechada para o público.

No dia 3, primeiro dia de funcionamento da ANC, a reunião foi coordenada pelo Alysson Paolinelli, na Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Jorge Viana, da Bahia.

FONTE DE ILUMINAÇÃO DO NOSSO CAMINHO O TEMPO TODO

Lá constituímos a FPA. Quando começou o funcionamento da Constituinte, a primeira Assembleia constituída foi a da Agricultura. Para isso, preparamos um ideário sob a égide liberal, sob a luz do Flávio Páscoa Teles de Menezes. Pela sua inteligência e vivência, na ótica da justiça e do direito, Flávio deu origem ao ideário da FPA, redigido mais tarde por Alberto Veiga, que tempos depois deu origem à Abag, por inspiração do Ney Bittencourt de Araújo.

A FPA teve um trabalho extraordinário na Constituinte. Naquele primeiro dia, fomos chamados, o Flávio, o Fernando Vergueiro e o Gilman Viana Rodrigues, Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, então presidente da Sociedade Mineira da Agricultura. Fomos à sala de um senador da República, de Mato Grosso do Sul, que nos disse o seguinte: “Olha, vocês têm de organizar o papel



da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado de Pernambuco, Oswaldo Lima Filho”. O relator era o deputado de Minas Gerais, Arnaldo Rosa Prata. E completou o seguinte: “Vocês preparam o documento para o Arnaldo ler na Comissão daqui a dois dias”. A partir do nada, saímos daquela reunião, e o Flávio falou: “Puseram no nosso colo uma responsabilidade realmente histórica. Precisamos fazer isso acontecer”.

Saímos para a OCB, escrevemos o capítulo da política agrícola e entregamos para o Rosa Prata, que foi para o microfone e leu o papel. Isso mostra a responsabilidade do Flávio na condução desse processo. Com sua confiança no time que o cercava, o relator sequer discutiu o papel antes de lê-lo. Isso deu origem a uma Constituição cheia de problemas, mas com muitas coisas positivas e uma vertente favorável à agricultura brasileira naquele tempo.

Portanto, nada mais justo, Flávio, em receber essa justa homenagem, hoje, da Abag e de seus amigos e admiradores. Sentimos imensa saudade da tua luz nos nossos trabalhos.

Flávio Páscoa Teles de Menezes

É impossível receber uma homenagem como essa sem buscar lá no fundo da alma alguma coisa para dizer. Agradeço à Abag pela homenagem, que, sem falsa modéstia, creio além do limite para mim. Os dois agrônomos, Alysson Pao-linelli e Roberto Rodrigues, me ensinaram que quando queremos alguma coisa, realmente, abrimos a mão do acessório.

Se não tivéssemos o Alysson lá, naquela ocasião, não conseguiríamos o que foi conseguido. Esse espírito de síntese da brasilidade das Minas Gerais levou a bom termo os trabalhos da Frente Ampla. Mas pela convivência que tive com Alysson e Roberto, sei o quanto é duro, lá no Planalto, defender as posições que daqui parecem simples, óbvias e fáceis de serem adotadas.

DESCONEXÃO ENTRE CAMPO E CIDADE CRIOU FALSOS DILEMAS

O Roberto Rodrigues tem uma memória superior à da biblioteca do Congresso Americano. Apesar de ser realmente testemunha ocular da história da agricultura, tem uma qualidade muito difícil de ter: como não pensa com a cabeça, mas com o coração, igual ao Alysson, colocou-me num pedestal que sinceramente não mereço.

Transfiro o crédito dessa homenagem para a SRB, que tive a honra de presidir, aos meus antecessores, com os quais convivi, Almeida Prado e Renato Ticoulat Filho. Há quem diga que os pais se realizam nos filhos e netos. Tive essa honra nos meus sucessores. O Pedro de Camargo Neto,



Roberto Rodrigues, Luiz Hafers, João Sampaio e, agora, o Cesário Ramalho.

Sou bacharel em Direito. Deveria estar distante da agricultura. No entanto, nunca estive, não estou e jamais estarei. Vejo a agricultura não como uma atividade econômica, mas como uma das formas da cultura humana.

O agricultor que trabalha no campo é diferente dos seus demais concidadãos. A palavra agricultura não se refere ao cultivo da terra, mas, sim, à somatória de sentimentos e pensamentos do homem que trabalha no campo. Esse jeito de ser, essa forma de viver só, é típico do agricultor. É por isso que o agricultor dificilmente se organiza em entidades. A cultura depende muito da demografia, da antropologia e da geopolítica.

Será tão difícil reconhecer que temos a agricultura, porque, quando abolida a escravidão, recebemos essa quantidade imensa de imigrantes, saídos das suas terras de origem por causa da crise econômica, como meus dois avós, de um lado português e do outro espanhol. Esse pessoal oriundo do Japão, da Itália, Alemanha e de outras partes construiu esse Brasil. Depois, vieram as migrações internas para construir esse novo norte brasileiro. Isso é pura demografia e geopolítica, movedoras da agricultura, acima das políticas agrícolas.

No governo em que Alysson era ministro, foi quando essa cultura agrícola encontrou base na pesquisa, extensão e no financiamento agrícola farto e barato. Todas as vezes que isso ocorre, potencializa-se o desenvolvimento da agricultura. Começamos a produzir tanto, que gerávamos excedentes. Com a mente em urbanizar e industrializar o País, os governos começaram a confiscar a renda para bancar a migração rural urbana.

O Brasil é um dos países do mundo que mais rapidamente se urbanizaram: os Estados Unidos da América levaram 100 anos, a Europa levou 200 anos e o Brasil, pouco mais de 30

anos. Isso provocou essa dissociação existente hoje entre a cidade e o campo. Criou-se essa necessidade, tema deste Congresso: Comunicação e Governança. A comunicação é restabelecer essa ligação entre a cidade e o campo, perdida por causa dessa rápida urbanização do Brasil. Um dia, se Deus quiser, conseguiremos.

Essa desconexão entre o campo e a cidade no Brasil criou falsos dilemas, explorados nas campanhas eleitorais, nos programas de televisão e por vários movimentos ditos sociais.

Por exemplo, temos cinco, basicamente:

- 1 Agricultura de exportação contra agricultura de mercado interno. Como se produzir soja para exportar impedisse que as famílias brasileiras utilizassem o óleo de soja para cozinhar. É um absurdo tão grande. O Brasil é o país da monocultura do café, da cana, da soja. Como pode ser monocultura de três, quatro, cinco lavouras? Isso é policultura.
- 2 Agricultura familiar *versus* empresarial. Esse é bem atual. Criaram-se até organismos de instituições de governo por essa razão. Um erro histórico baseado naquela ideia cândida de que *small is beautiful*. O médio e o grande são os pequenos que deram certo. A gestão familiar na agricultura jamais deixará de existir, mesmo em países muito mais avançados na tecnologia em relação a nós.
- 3 Reforma Agrária e redistribuição de renda. As pessoas confundem a redistribuição da terra e da renda. Terra é estoque. Renda é fluxo. Não significa que distribuir terra, que é capital, garantirá renda. Você pode ter terra e perder ou ganhar dinheiro. Temos de distribuir o conhecimento e a oportunidade para criar o crescimento econômico na agricultura.
- 4 Mercado *versus* intervenção estatal. Theodore Schultz, Prêmio Nobel de Economia, professor de Chicago, trazido ao Brasil pelo Paulo Rabello, ensinava que: "Relatórios e ideologias não produzem alimentos. Felizmente, plantas e animais não leem relatórios nem discriminam contra a ideologia de governos". Muitos pensam que com a formação de um centro de planejamento estatal, com tudo previsível e estudado, te-

remos tantos milhões de galinhas, bilhões de ovos e milhões de toneladas de grãos para alimentar o País. A verdadeira culpada pela pobre *performance* da agricultura, nos países em que há intervenção estatal, é a falta de oportunidades econômicas para recompensar os agricultores. Quando não tem recompensa, o agricultor não possui oportunidade econômica. A potencialidade dessa cultura no campo fica destruída. Isso depende de tecnologia e conhecimento.

Quem vive da agricultura, sabe da escassez existente hoje no Brasil com a paralisação do crescimento das escolas técnicas agrícolas e da extensão rural. Aliás, uma das perguntas que vieram aqui, justamente de quem assistia pela *internet*, de Toledo, no Estado do Paraná, tratava da dificuldade da mão de obra qualificada.

- 5 Dilema entre meio ambiente e a produção rural. O cachorro, o boi e o cavalo eram animais selvagens? Foi o homem quem os domesticou? O arroz, o trigo e o milho, que existiam na natureza, pela mão do homem se transformaram em culturas de grande produtividade. Se não mexermos na natureza, como domesticar esses animais e melhorar essas espécies agrícolas? O verdadeiro ecologista foi o Norman Borlaug, preocupado em preservar a principal espécie existente na Terra, a humana. Agora, dizer que o agricultor, vivendo e dependendo do clima e solo, é um destruidor do meio ambiente significa desconhecer completamente a cultura do campo.

Finalmente, diria que se várias vezes as coisas funcionaram bem na Constituinte é porque somos mais ou menos como um rio: temos a fonte, a nossa família, que faz jorrar a água; os amigos leais que se encaminham durante todo o curso até desaguar no mar. Se não tivesse tido a família que tenho, jamais teria feito brotar a água que levou a esse mar.

Quem chegou aonde à agricultura brasileira chegou não pode temer nada para enfrentar dois problemas: o primeiro, o obscurantismo ideológico que transforma o Brasil num fundamentalismo religioso; o segundo, o protecionismo internacional, que como um camaleão muda de cor a cada vez quando abrimos uma porta. É assim que a agricultura brasileira compete no mercado internacional. Obrigado.



LANÇAMENTO DO LIVRO: SISTEMA PRIVADO DE FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO

Renato Buranello



Existe a hora de plantar e a hora de colher. E para estes momentos existe o Ourocard Agronegócio.

O Banco do Brasil está presente no 9º Congresso Brasileiro do Agronegócio. Uma parceria de resultados.



É DO BRASIL



Todo seu



9º Congresso Brasileiro do Agronegócio
09 de agosto de 2010
Sheraton São Paulo WTC Hotel
Av. das Nações Unidas, 12.559 – São Paulo/SP (auditório)

Realização

Associação Brasileira do Agronegócio – Abag
Av. Paulista, 1754 cj. 147 – CEP: 01310-200 – São Paulo/SP
Tel.: (11) 3285-3100 e-mail: abag@abag.com.br

Patrocínio Master



Patrocínio



Bayer CropScience



PRICEWATERHOUSECOOPERS



Apoio

